



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MARLLON SÉRGIO SOARES BATISTA

**HISTÓRIA E EDUCAÇÃO:
O PAPEL DO PROFESSOR NA ERA VARGAS (1930-1945)**

São Cristóvão

2021

MARLLON SÉRGIO SOARES BATISTA

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO:
O PAPEL DO PROFESSOR NA ERA VARGAS (1930-1945)

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em História do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em história

Orientador: Prof. Claudefranklin Monteiro Santos

São Cristóvão

2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
I. A EDUCAÇÃO EM REGIMES TOTALITÁRIOS EUROPEUS (1922-1945)	7
1.1 EDUCAÇÃO NO ESTADO NOVO EM PORTUGAL	7
1.2 A EDUCAÇÃO NA ITÁLIA FASCISTA	10
1.3 ENSINO NA ESPANHA FRANQUISTA	13
1.4 A EDUCAÇÃO NA ALEMANHA NAZISTA	17
II. BREVE HISTÓRICO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	23
2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA	24
2.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO	25
2.3 A EDUCAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA	25
III A EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS	27
3.1 EDUCAÇÃO E ECONOMIA NA ERA VARGAS	28
3.2 REFORMAS NO SISTEMA EDUCACIONAL DO BRASIL NA ERA VARGAS	30
3.2.1 REFORMAS FRANCISCO CAMPOS	31
3.2.2 REFORMAS PARA O ENSINO COMERCIAL	33
3.3 A IDEOLOGIA AUTORITÁRIA E A EDUCAÇÃO	35
IV.O PROFESSOR NA ERA VARGAS	40
4.1 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA ERA VARGAS	41
4.2 EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO CÍVICO NA ERA VARGAS	45
4.3 PERSEGUIÇÃO E CONTROLE À ATIVIDADE DOCENTE NA ERA VARGAS	47
4.4 O PROFESSOR RURAL NA ERA VARGAS	54
4.5 MATERIAIS DIDÁTICOS COMO MANUAL DE TRABALHO DO PROFESSOR	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

Realizei esta pesquisa voltada para a História Política e História da Educação, buscando por meio de análise historiográfica, discutir a importância do professor para o Governo Vargas e sua função como agente educacional e político para os objetivos do Estado.

Pretendi compreender a educação na Era Vargas (1930-1945), durante o seu início e após a instauração do Estado Novo (1937-1945). Tendo como objetivo, estabelecer quais mecanismos eram utilizados naquele governo para que fosse possível o controle dos professores, além de observar suas relações com as instituições que eram integrantes e os objetivos do governo em relação à educação e seus membros em função do Estado totalitário pesquisado.

Portanto, busquei analisar os impactos sofridos pelos docentes após a revolução política e educacional, busquei propor uma pesquisa comparativa, observando as semelhanças entre a ditadura brasileira e regimes totalitários europeus durante o período analisado, no que tange o trabalho dos educadores, partindo da premissa da inspiração exercida pelos nazifascistas ao governo de Vargas.

Utilizei como fontes primárias, documentos oficiais publicados pelo Governo Federal, publicações oficiais do Ministério da Educação, cartas e discursos de autoridades, além de folhetos informativos e livros didáticos do período. Damos ênfase aos livros didáticos e manuais para educadores brasileiros nas décadas de 20 e 30.

Podemos citar como exemplo de bibliografia utilizada a obra "História da Educação no Brasil" de Otaíza de Oliveira Romanelli. Por meio desta obra foi possível observarmos a organização educacional do Brasil na Era Vargas, os objetivos governamentais e o papel do professor dentro desse contexto.

No Século XXI, a metodologia educacional ainda gera muito debate. Para o combate a uma suposta doutrinação ideológica, no Brasil, é discutido o projeto "Escola Sem Partido" e a militarização dos professores e instituições de ensino. Tais medidas seriam ações para coibir a suposta doutrinação. No entanto, tais propostas recebem críticas por muitos educadores, pois, impacta diretamente a liberdade de pensamento de profissionais da educação e alunos. Sabendo quais eram os métodos de doutrinação utilizados por professores, assim como a perseguição sofridas por tais profissionais, facilitará a compreensão acerca das discussões no Século XXI. Podendo assim, notar semelhanças e diferenciação entre a Era Vargas e o nosso tempo. Estabelecendo-se de fato

existem semelhanças na tentativa de controle ao docente e uma tentativa de colocar a educação em função dos governos vigentes.

Estudar regimes totalitários é complexo, compreender a organização dos setores sociais, sua ideologia e como cada setor é importante para a mecânica de uma ditadura é a parte mais controversa. Outrossim, estudar governos totalitários é prazeroso para o pesquisador, do mesmo modo que exige muito de quem estuda o assunto. Vários estudiosos das mais diferentes áreas das ciências humanas estudam a mecânica dos mais diversos setores e as principais características de seus governos.

A educação na Era Vargas já foi abordada por diversos estudiosos. Porém, existe a necessidade de maiores estudos acerca do papel na estrutura ditatorial do período, assim como os fatos mais relevantes no que se refere o seu trabalho cotidiano. Portanto, é necessário um aprofundamento sobre as funções e dificuldades do educador em uma ditadura. Tendo ciência que tais questões faziam parte do contexto da época tanto no Brasil quanto em ditaduras europeias no período. Estes têm importância para o Brasil, pois serviram de modelo a ser seguido por Vargas também no âmbito educacional.

I

A EDUCAÇÃO EM REGIMES TOTALITÁRIOS EUROPEUS (1922-1945)

Mudanças no âmbito político, econômico e social. Crises econômicas e falta de crença social em antigos sistemas políticos, fizeram surgir regimes que fariam oposição às práticas políticas e econômicas vigentes na primeira metade do séc. XX.

Nada talvez ilustre melhor a desintegração geral da vida política que esse ódio universal vago e difuso de todos e de tudo, sem um foco que lhe atraísse a atenção. A primeira metade do Século XX foi marcada por severas paixões, sem que ninguém pudesse ser responsabilizado pelo estado das coisas – nem governo, nem burguesia, nem potência estrangeira. Partia, conseqüentemente, em todas as direções, cega e imprevisivelmente, incapaz de assumir um ar de indiferença sã em relação a coisa alguma sob o Sol. (ARENDR, 1989, p. 301).

Nesse contexto surgiram regimes autoritários em vários países em todo o mundo, prometendo soluções fáceis para problemas complexos, moldados e movidos por ideologias nacionalistas e autoritárias. Esses governos promoveram rupturas em vários setores, no entanto nesse momento analisaremos os governos de Portugal, Espanha, Itália e Alemanha. Dando ênfase as principais características e fazendo uma reflexão sobre como a educação é tratada em regimes de supressão das liberdades individuais.

1.1 EDUCAÇÃO NO ESTADO NOVO EM PORTUGAL

Portugal nos anos 20 passou por uma abrupta transformação, em 28 de maio de 1926 chegava ao fim o primeiro período republicano e tinha início uma ditadura de caráter civil-militar. Assim, Portugal passava por mudanças sociais e ideológicas no período, tendo a educação recebido uma atenção especial, sendo transformada pelo novo regime. De uma escola democrática, voltada para a formação de bons cidadãos, capazes de pensarem por si, com o propósito de fazer progredir a Nação, o Estado Novo irá criar aquilo que seria denominado a “escola nacionalista”, com o objetivo de criar cidadãos submissos e obedientes. (SERRÃO, 2018, p. 7).

Desde a virada do séc. XX, é possível observar o aumento da importância dada aos gestores públicos à educação, com crescimento de investimentos e uma maior parcela da população atendida. No entanto, em regimes autoritários o caráter educacional apresenta-se de maneiras distintas, sendo utilizadas como fonte de difusão da ideologia do Estado. O

Salazarismo em Portugal assemelhava-se à vários outros movimentos de feições semelhantes. O nacionalismo demasiado certamente é uma característica que é comungada por vários regimes autoritários. Esse era um meio de legitimação do poder governamental e os professores recebem a função de agente político. Em Portugal, o regime considerou que poderia utilizar professores em locais em que o Estado não chegava, sendo um representante do líder e lutando pelo interesse nacional. O professorado ficava incumbido de uma missão política no meio local, determinada pela Tutela e em situações muito concretas, e especialmente nas vésperas das eleições legislativas, propagandeavam aquilo a que se chamava os “progressos materiais” do Estado Novo. (SERRÃO, 2018, p. 10).

Além do nacionalismo, outro aspecto que era inculcado nos alunos por intermédio das instituições de ensino e seus agentes da educação foi o antiliberalismo. Este aspecto apresenta-se não apenas nas doutrinas econômicas, mas também no espírito e ações do cidadão comum. O cidadão deveria negar as vontades individuais e buscar atingir os objetivos da comunidade, da Nação. O Estado assume-se, também como elemento integrador da identidade do indivíduo, reforçando os seus laços identitários com a Nação, que une os portugueses, rejeita o individualismo que marcou o período liberal. (SERRÃO, 2018, p. 11).

Assim, os professores deveriam planejar e executar as suas aulas desconsiderando os métodos do período republicano. As normativas eram impostas por lei como a Lei n.º 22.369, nela observamos o plano do governo para a educação pública e seus métodos, para a satisfação das exigências nacionais. Além desta lei, os professores foram submetidos à boletins normativos que orientavam e regulamentavam o ofício da docência. O “Boletim de Ensino Primário Oficial” de 1934.

Em governos autoritários observamos um rígido aparelhamento das instituições estatais, além de um maior controle dos grupos sociais. Nesse sentido, os professores recebem muita atenção e um rígido controle, é necessário que o educador comungue e repercuta os ideais dos líderes políticos. Em Portugal ocorreu um grande controle do Estado sobre os professores e suas ações. Para Vanda Serrão (2018), nesse momento foi colocada em prática uma desvalorização e desqualificação tanto da formação quanto do prestígio dos professores. Nesse aspecto observa-se uma baixa atenção governamental, a educação tornou-se um departamento de governo, sendo desconsiderado o valor da instrução formal para cidadão português. No entanto existia uma diferenciação entre professores urbanos e rurais. Em Portugal, os educadores das zonas rurais receberam atenção demais.

Os professores primários das zonas rurais eram o seu maior alvo. O Ministério teve consciência de que era necessário preparar agentes do ensino primário formados “num espírito rural” e que se adaptassem ao meio em que estavam a lecionar (Escola Portuguesa, 2 de dezembro de 1937), tendo em atenção que a Tutela apontou a falta de preparação destes como a principal razão para situações de abandono do seu posto no decorrer do ano letivo. (SERRÃO, 2018, p. 13).

Portanto, por consequência de tais medidas no âmbito educacional podemos estabelecer o modo do Estado Novo em Portugal. Enquanto no Brasil, Itália e Alemanha os objetivos eram voltados para à industrialização, trabalho urbano e futuro, em Portugal o caráter era rural. Serrão (2018) salienta que não podemos esquecer que o regime do Estado Novo era um regime conservador, baseado numa forte inspiração na doutrina cristã, repudiando construções ideológicas que promovesse à industrialização e a modernidade urbana, fonte de todos os vícios que poderiam levar à perda da profunda maneira de ser do povo português.

Nota-se que os regimes de exceção moldam a educação conforme os seus objetivos e sua ideologias. Assim, o professor deveria adquirir um elevado grau de adaptação, sendo o condutor do espírito revolucionário e com as responsabilidades de moldar os cidadãos. Sem liberdade e sob uma vasta pressão, desconsiderando as particularidades de cada profissional. Todavia, a deficiente fiscalização dos gestores não garantia o cumprimento total das normas pelos professores.

Um governo revolucionário necessita de legitimação, a educação nesse aspecto apresenta-se como um ótimo meio de alcançar esse objetivo. Nessas particularidades a história recebe destaque e é difundida sempre salientando os pontos de destaque do regime. Para Serrão (2018) “é a memória social que legitima o exercício do poder político que está intimamente ligada à construção nacional”. O apego aos métodos científicos perde valor, a verdade torna-se ainda mais subjetiva e volátil.

O cerne do Estado Novo português era Deus, Pátria, Família e trabalho. Estes temas são valorosos em regimes autoritários sendo os alicerces e a sua legitimidade. Deus, ao menos no discurso, apresenta-se como a principal razão das ações governamentais. Em Portugal, devido ao caráter cristão, o ensino recebeu modificações para que fosse adequada à doutrina cristã. Desde a ditadura militar que se verificam alterações dos programas e dos seus conteúdos, começando pela remoção, em 1929, das matérias que dizem respeito à pré-história. É característico de governos que estejam modificando a estrutura social as

modificações do que é apresentado em sala de aula por profissionais da educação, tentando colocar a ideologia e métodos do regime anterior no passado até que seja esquecido por completo.

O nacionalismo certamente dita o rumo das ações dos líderes das nações, recebem destaque os hinos e os demais símbolos nacionais. A escola não se apresenta como espaço de reflexão e aprendizagem, mas sim de exaltação dos feitos da nação, celebração dos heróis nacionais sempre vinculando a imagem destes à imagem do ditador. Portanto, o passado legitima as ações do presente, com o principal objetivo para o futuro sendo a volta para o passado de glórias, grandezas e conquistas. Estes muitas vezes sendo criados ou interpretados conforme o interesse vigente.

Os heróis do passado ganham vida no presente ao moldarem a conduta da mocidade portuguesa. Assim como eles serviram e se sacrificaram pela Pátria, também as crianças deverão viver nestes princípios e, mais tarde, torna-se agentes propagandistas do regime. Contudo, era sempre frisado que a heroicidade implicava o espírito de sacrifício de obediência ao chefe. (SERRÃO, 2018, p. 33)

Isto posto, podemos concluir que o Estado Novo em Portugal no campo educacional é um bom exemplo de como os regimes de exceção tratavam a educação no período analisado. Sob a égide de Deus, Pátria e família buscavam a todo custo uma legitimação. Controlando os conteúdos a serem aplicados pelos educadores e com o controle rígido aos profissionais, a educação serviria aos interesses de Estado, moldando o cidadão em uma visão de mundo una, pregando obediência às hierarquias, lideranças governamentais e religiosos, onde as vontades individuais não seriam valorizadas.

1.2 A EDUCAÇÃO NA ITÁLIA FASCISTA

O fascismo italiano certamente foi o regime que trouxe grandes mudanças no cenário político europeu na primeira metade do séc. XX. Sua ideologia e métodos de controle social balizaram e serviram de referência para regimes em outros países no mesmo período. Analisar o governo de Mussolini traz grandes revelações para quem busca uma maior compreensão acerca de governos autoritários. No entanto, daremos foco nos aspectos relacionados ao âmbito educacional, buscando compreender os métodos utilizados para embutir à educação e seus profissionais e alunos à disposição do Estado.

Outubro de 1922 trouxe mudanças na Itália, os fascistas ascenderam ao poder propondo mudanças estruturais. No campo educacional, o novo regime destacou o que esperavam da educação. Ao Estado caberia um controle rígido sobre os programas, a escolha, e as ações dos professores das escolas elementares. Caberia a estes profissionais a preparação “também física e moralmente os futuros soldados da Itália”. (HORTA, 2009, p. 51)

Caberia então ao professor ser o difusor e representante do líder para com as crianças, recebendo atenção já durante a sua formação e durante toda a sua carreira profissional. Para que os objetivos da liderança fascista fossem atingidos foram propostas uma série de reformas chefiada pelo Ministro da Educação fascista Giovanni Gentile. Para Horta (2008), Mussolini na sua chegada ao poder não tinha uma proposta educacional concreta. Tal falta de planejamento pode ser observada segundo ao mesmo autor, no dualismo entre a proposta de liberdade didática ao professor, e a demasiada centralização e controle autoritário. No entanto, medidas tomadas pelo ministério realçam o verdadeiro caráter autoritário e centralizador que é característico do fascismo.

Ao mesmo tempo, Gentile instituiu os *atingidos* regionais, pela fusão dos *provveditorati* provinciais já existentes, e substituiu os Conselhos provinciais, com funções amplas e de composição eletiva, por Conselhos regionais restritos, com funções meramente disciplinares, formados por conselheiros por ele designado (HORTA, 2008, p. 187).

A classe dos educadores foi diretamente atingida pelas Reformas de Gentile. A falta de representatividade na administração escolar ameaçava à autonomia docente. Nesse contexto a *Unione Magistrale*, associação que representava os professores reagiu contra tais ações, para eles, “não deve vir do auto, por nomeação ministerial, mas deve partir da base, pelo consentimento da maioria e como a expressão da maioria na qual ela recebe à autoridade e o sentimento de responsabilidade”. (HORTA, 2008, p. 192).

É possível notar os objetivos da educação na Itália para cada classe social na Reforma implementada no Ensino Primário. O primário, para Gentile, era a “escola do povo com um grau de cultura inferior”. Sendo assim, deveria existir um prazo de instrução mais curta e distintas dos métodos desenvolvidos e aplicadas com as elites. Porém, Horta (2008) salienta que mesmo com o alto controle e medidas autoritárias, o modo elitista que o fascismo lidava com a educação acabou recebendo críticas até mesmo de setores que tradicionalmente apoiava o regime.

Em países em que as liberdades individuais não são respeitadas o Estado se coloca em todos os setores, a ideologia supera os métodos educacionais e a ciência. O modo de agir e de pensar adequam-se ao pensamento maioritário, fazendo com que todos que convivem nessa sociedade acabem por ser atingido. Na Itália essa característica é facilmente identificada, a educação é posta ao serviço do Estado e todos os grupos passam por algum grau de controle.

A categoria dos professores passou por uma fascistização, pela interferência do controle fascista das associações dos professores. As grandes associações tinham doutrinas distintas. Quando o fascismo assumiu o poder, existia no país três grandes associações dos professores segundo Horta (2009): a *Unione Magistrale*, de tendência maçônica, o *Sindacato Magistrale*, de linha socialista, e a associação *Niccolo tommaseo*, do grupo católico. A essas veio juntar-se, em 1923, a *Corporazione Della Scuola*, criada pelos fascistas.

Em um Estado de viés autoritário, a divergência ideológica não é tolerada, por mais ínfima que ela seja. Maçons, católicos e socialistas deveriam submeter-se ao fascismo. Por mais que contasse com uma base católica de apoio consolidada, não foi o suficiente para a manutenção da associação, diferindo assim do Franquismo na Espanha e do Estado Novo português onde católicos tinham um grande grau de autonomia. Se católicos sofreram com o autoritarismo certamente não seria diferente com grupos de professores de ideologia socialista, ressaltando que o grande grupo a ser perseguido, dominado e até mesmo eliminado pelos fascistas eram os socialistas, perseguição a estes grupos foi um grande ponto de convergência de regimes políticos no mundo no Séc. XX.

Além de associações, a liberdade de organização sindical também foi abalada, com o Estado postando-se como único representante de toda a classe profissional.

Assim, a nova legislação sindical incluiu os professores de ensino médio e universitário entre as categorias de funcionários que não poderiam organizar-se em sindicatos ou associações. Quando os professores primários, a lei permitia a sua organização em associações de caráter cultural e assistencial. (HORTA, 2009, p. 66).

Importante salientar a diferença de repressão conforme à área de atuação do professor. Conforme o nível de instrução aumentava, tornando-se mais críticas, nesse contexto leis foram criadas com o intuito de perseguir opositores do governo. Horta (2009)

destaca lei de 25 de dezembro de 1925, que tinha a finalidade de permitir a demissão dos funcionários não fieis à Mussolini.

Em janeiro de 1927, uma nova lei permite a demissão de professores em caso de incompatibilidade com as diretrizes políticas do governo, manifestada dentro e fora da escola. A mesma lei permite o fechamento de universidades ou institutos “quando o ensino neles ministrados não estiver orientado pelos princípios que dirigem a ordem social do Estado (HORTA, 2009, p. 67).

Ainda segundo Horta (2009), a escola italiana passa por uma completa fascistização, e os professores são obrigados a fazer juramento para seguir lecionando. Dos 1.250 professores universitários, 12 não concordam com a obrigatoriedade e foram afastados. Mesmo com o juramento não significa que existia de fato uma lealdade por uma totalidade dos professores. A presença e imposição fascista apresentava-se de maneiras distintas e ocupando todos os setores. Buscando atingir seus objetivos por meio de saudações fascistas obrigatórias nas instituições de ensino e manuais que normatizem as atividades realizadas pelos professores. Tais ações foram mais intensas aos educadores de nível médio e superior.

Nesse contexto o professor seria o agente de fundamental importância na construção do cidadão ideal que Mussolini objetivava. Com uma educação militarizada e autoritária o cidadão seria moldado para servir o Estado, com um elevado grau de nacionalismo como método de doutrinação, baseando-se em uma moralidade fascista, desconsiderando as liberdades individuais.

1.3 ENSINO NA ESPANHA FRANQUISTA

A Espanha passou décadas sob o regime franquista, tendo esse nome pois o movimento foi liderado pelo militar Francisco Franco. Grande parte dos grupos sociais passaram por intervenção direta de Franco, sendo assim, devido a sua importância estratégica à área da educação sofreu mudanças em comparação ao período republicano. Sendo moldado e tendo como sua base o autoritarismo em demasia, hierarquia social e um grande poder católico.

A década de 30 foi um período de rompimento democrático em vários países do mundo, na Espanha certamente esse rompimento foi o mais traumático, vindo após uma sangrenta guerra-civil. Para romper com o republicanismo e tudo que ele representava foi necessário a construção de uma ideologia, com a escola sendo o aparelho ideológico ideal.

Segundo Pereira (2017), esse foi um período de rompimento e consolidação do franquismo:

A escola foi, desde o início, num aparelho ideológico de infiltração política no período franquista. Por meio da educação, o governo se desenvolve e se perpetua. Se na República alguns direitos foram conquistados, no regime franquista eles são banidos ou substituídos. A igreja, por exemplo, que perde a importância sob a educação na República, volta com força total no franquismo, ela tem e transmite grande parte do ensino nas escolas. Agora, a FET e a igreja detêm o controle da educação. (PEREIRA, 2017, p. 35)

Ainda segundo a mesma autora o governo de Franco era sustentado por três grupos; a igreja, FET e Exército. É notório essa semelhança entre governos autoritários, igreja e exército por mais que sejam instituições de ideologias e ações completamente distintas em teoria, não só apoiavam como são as bases de sustentação de vários Estados de exceção. A Espanha era um país de maioria católica praticante. Este grupo estava insatisfeito com a perda do controle acerca da educação, pois o Estado republicano pregava um ensino laico. Na constituição de dezembro de 1931 as igrejas perderam o poder de exercer atividades religiosas relacionadas ao ensino, exceto em seus próprios centros. (PEREIRA, 2017, p. 36)

Governos autoritários têm como característica a não aceitação de críticas e pensamentos distintos. Categorias profissionais de viés mais contestador em sua maioria são perseguidos e passam por um processo de controle, os educadores são certamente uma das categorias profissionais mais afetadas quando as liberdades democráticas são atingidas. Como consequência desse modo mais contestador, à docência passou por complicações, opositores de Franco e antigos republicanos foram demitidos por conta das suas convicções políticas, ideológicas e religiosas. A capacidade profissional ficou como um item sem importância, deixando assim claro o que esperavam dos educadores.

O professor deveria transmitir os ideais do regime, enaltecendo e vangloriando o líder e a nação. A igreja, agora parte novamente importante, acompanhada do Estado, volta a atuar sobre a educação; crucifixo estava a foto de Franco, juntando assim, simbolicamente, a igreja e o poder do Estado (PEREIRA, 2017, p. 38).

Esse trecho salienta o cerne dos objetivos e ações de Franco no âmbito da educação. Outra ação reveladora foi, conforme Pereira (2019), a criação de disciplinas distintas para meninos e meninas. Enquanto os primeiros estudavam Formação Política, as

segundas focariam na disciplina de Estudos Domésticos, sendo esse um grande demonstrativo do viés conservador que vigorava nas mais diversas instâncias da estrutura governamental.

Livros didáticos foram e continuam, em grande grau, a principal ferramenta de trabalho de um professor. Objeto comum que em governos de exceção passam por um rígido controle e atenção dos gestores educacionais. Na Espanha, onde o professor contava com uma baixa autonomia, os livros passaram por transformações em seu conteúdo, transformações realizadas sem considerar os métodos científicos na sua produção servindo como material propagandístico de Franco. De acordo com Capelato (2009):

A educação escolar, em geral, e o livro didático, em particular, não podem ser estudados descolados do contexto cultural e das estruturas políticas em que se inserem. Os livros incorporam as concepções de história e os sistemas de valores dos autores e de seu tempo. Atuam, na realidade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo e de história (CAPELATO, 2009, p. 118).

Capelato (2009) conclui destacando que no franquismo os conteúdos adicionados aos materiais didáticos eram mensagens ideológicas, símbolos de identificação nacional e mitos, muitas vezes criados ou modificados conforme as necessidades e desejos dos seus líderes.

Nacionalismo e exaltação aos feitos nacionais deveriam estar presente em todo o cidadão. Quanto mais jovem a criança fosse apresentada à tais visões de mundo mais eficaz seria a mensagem transmitida, já que os jovens ainda não contam com um senso crítico desenvolvido por completo.

A escolha desse tipo de documento relacionado à educação primária no franquismo deve-se ao fato de que o ensino, nesse período da história espanhola, foi concebido por seus autores como arma de persuasão, com vistas a fomentar um patriotismo aguerrido que se confundia com devoção religiosa e política. O conteúdo desses livros se caracterizava pelo forte apelo emocional expresso não só nos textos escritos, mas também nas imagens que os ilustravam de forma exemplar. (CAPELATO, 2009, p. 120)

A guerra-civil ainda muito vívida no imaginário social recebe bastante em livros nas décadas seguintes. O sacrifício em campo de batalha pela pátria aliava-se a noção de

sacrifício cristã, sempre destacando e inculcando no imaginário infantil à luta do bem contra o mal e o valor do sacrifício pessoal pela Pátria.

O imaginário católico expresso nos referidos livros está repleto de exemplos de transgressão das ordens divinas que resultaram em caos. Mas alegava-se que a sociedade contaminada pela impureza recuperaria o estado de graça através da ação dos nacionalistas católicos que, tanto no passado recente como no presente se sacrificavam pela Pátria. Às crianças, constantemente associadas aos anjos, também se atribuíam poderes redentores em virtude do estado de pureza que caracterizava a infância. (CAPELATO, 2009, p. 121)

A doutrina militarista autoritária marcou a ideologia escolar franquista. Assim, pela influência militar que observa o opositor como um inimigo a ser combatido e não respeitado, os livros didáticos foram modificados sendo marcado por conteúdos de cunho nacionalista. Como a tolerância não é um comportamento natural, mas adquirido através da cultura e sobretudo a partir da formação familiar e escolar, é possível deduzir o que ocorre numa sociedade em que a educação prega a intolerância através dos livros infantis, como foi o caso da escola franquista. O ensino de história que eles transmitiam está repleto de incitamento ao ódio ao inimigo, no passado e no presente. (CAPELATO, 2009, p. 122)

A verdade torna-se relativa e mutável conforme as necessidades. Assim o estado controla as instituições, ações e vidas da população. Além disso tudo, detêm um grande poder mental, normatizando a verdade e como consequência normatiza os rumos da sociedade. Portanto, a educação deve ser controlada, sendo de fundamental importância para o controle social.

Nesse mesmo ano, a educação patriótica passou a fazer das obrigações dos professores; ela consistia na recusa das ideologias estrangeiras (liberalismo, democracia e socialismo), ódio às organizações de Estado não centralizadoras (o que demonstra a grande preocupação com o regionalismo separatista) a exaltação do “nacional” que se identificava com o “tradicionalismo” (CAPELATO, 2009, p.125)

Regimes autoritários europeus nas décadas de 30 e 40 detinham semelhanças, mas também tinham distinções aparentes. Franquismo e o Estado Novo português eram conservadores e com uma considerável participação da igreja católica, enquanto na Itália e principalmente Alemanha as igrejas tinham uma influência diminuta nas decisões do Estado. O fim da Segunda Guerra Mundial transformou a geopolítica europeia, regimes autoritários tiveram que se afastar política e ideologicamente da Itália fascista e da

Alemanha nazista ao menos no discurso por conta das pressões das grandes potências democráticas. Militarismo, autoritarismo e nacionalismo era o ponto de convergência, no entanto questões de influência de grupos religiosos têm as suas particularidades.

Segundo Capelato (2009) as normativas educacionais de Espanha e Alemanha eram incompatíveis, muito por conta do anticristianismo e do racismo, sendo recomendado pela Comissão da Direção Geral de Ensino Primário a não equiparação por completo com os nazistas no âmbito escolar.

Os objetivos do governo para à educação básica tornou-se claro, serviria como instrumento de doutrinação elementar. A limitação da importância dada a educação era inversamente proporcional a setores de matriz estratégica para as elites econômicas do país.

1.4 A EDUCAÇÃO NA ALEMANHA NAZISTA

As décadas de 20 e 30 foram aos de grandes turbulências política, econômica e social na Alemanha. A situação ruim tornou-se ainda mais grave em decorrência da Crise de 1929, sendo o país europeu um dos mais severamente atingido. Essa inquietação ocorria devido aos elevados níveis de desemprego, fome, violência e instabilidade política. Aproveitando-se da instabilidade e do ressentimento da população com o Tratado de Versalhes, Hitler chega ao poder no início de 1933, prometendo solucionar os problemas da Alemanha, com um discurso autoritário e populista, sendo caracterizado por um rígido controle estatal e culto à imagem de Hitler.

Segundo a ideologia nazista, o cidadão alemão deveria ser heroico, com o objetivo de realizar uma reconstrução nacional. Todas as virtudes de um verdadeiro alemão seriam, para a propaganda do regime, vistas em Hitler. Sendo assim, as escolas teriam como objetivo cultivar a imagem do líder, para que a imagem propagandística fosse facilmente incorporada pelas crianças. Em breve os estudantes estavam às voltas com redações sobre tópicos como “Hitler: o realizador da unidade alemã”, “a revolução hitleirista Quex como obra de arte” e “sou alemão (uma palavra de orgulho e dever)”. (EVANS, 2016, p. 304)

Como é comum de regimes de matriz autoritária, o nazismo criou uma série de métodos de controle social. No campo da educação a normatização veio em grande quantidade, com a finalidade de controlar os objetos de conhecimento. Segundo Evans (304) em 30 de julho de 1933, foi criado um decreto denominado “Diretrizes Para Livros

Didáticos de História”, que conduziam as aulas de história para um conteúdo que destacasse o “conceito de heroísmo em sua forma alemã, ligado à ideia de liderança”.

Era necessária inculcar nas mentes dos jovens o ideal nazista contra ideias liberais e transmitindo a necessidade de confronto, a busca por uma soberania racial e elevado grau de hierarquização social. Era claro o que o governo esperava da educação e os professores seriam soldados da transformação ideológica, sendo assim, o governo estabeleceu as ações a serem tomadas. Conforme relata Evans (2016, p. 307-308):

Um fluxo constante de diretrizes jorrou das autoridades educacionais regionais, enquanto material de ensino adicional também foi publicado por organização de professores nazistas em diferentes partes do país. Com isso, poucos meses depois da tomada nazista do poder, os professores sabiam as linhas básicas que tinham que ensinar. Uma diretiva emitida em janeiro de 1934 tornou compulsório as escolas educarem seus alunos “no espírito do nacional-socialismo” (EVANS, 2016, p. 307-308).

Ainda segundo o mesmo autor (2016, p. 308):

De 1935 em diante, as iniciativas regionais foram ampliadas por diretrizes centrais cobrindo o ensino de toda a variedade de assuntos em séries diferentes. Em 1938, essas diretivas cobriam cada série escolar e a maioria das matérias, mesmo aquelas sem qualquer conteúdo ideológico direto.

Os anos de crise na Alemanha acabou gerando um descontentamento geral com as políticas adotadas pela República de Weimar. A classe docente sofreu uma grande desvalorização profissional e como membros da sociedade buscavam soluções para os problemas cotidianos do povo alemão. O fato de tão poucos professores não judeus terem sido expurgados é um forte indício de que a maioria dos docentes não era avessa ao regime nazista. (EVANS, 2016, p. 311).

O nazismo na Alemanha estabeleceu uma centralidade em que todas as organizações tinham uma gerência nazista. Sindicatos, órgãos estatais e até clubes sociais eram únicos e ligados ao partido. Membros da sociedade civil sem vínculo com o partido nazista poderiam sofrer represálias tanto na vida pessoal quanto na vida profissional. Tais medidas explicam até certo ponto a grande aceitação e filiação dos professores a organizações do governo.

Em 1936, nada menos de 97% de todos os professores, cerca de 300 mil no total, eram membros, e no ano seguinte a Liga tardiamente teve êxito em fundir-se com todas as associações profissionais restantes. Algumas, como a Liga dos Professores Católicos, foram fechados à força, nesse caso em 1937. Outras, como grupos especializados de professores de matérias específicas, continuavam a existir como entidades separadas ou subgrupos da Liga dos Professores Nacional-Socialista. (EVANS, 2016, p. 311)

A desvalorização da docência tanto no âmbito financeiro quanto na diminuta atenção ofertadas pelos gestores públicos à área da educação, fez diminuir o impacto de apoio da classe aos nazistas. Segundo Evans (2016) foram ofertados cursos de educação política onde os professores passavam por um amplo treinamento militar, contando com uniformes e exercícios físicos semelhantes aos utilizados pelo exército.

O nível de desvalorização e apoio profissional vinham a mesma medida em que as críticas e desprezo contra professores e intelectuais aumentava. Normas e manuais em demasia unido a uma grande tensão em decorrência da perseguição de governantes e membros da comunidade escolar:

Os professores, todavia, tinham que aguentar uma avalanche de críticas de ativistas nazistas adultos de todos os níveis, a começar pelo próprio Hitler, seguido pelo que um grupo de docentes classificou como “um tom de desprezo pelo magistério” nos discursos do líder da Juventude Hitleirista, Baldur |Von Schirach. O resultado desse franco desprezo, eles acrescentaram, “é que ninguém mais quer dedicar-se à profissão do ensino, visto que é tratada desse jeito pelos altos oficiais e não é mais respeitada”. Essa observação não era uma queixa infundada. (EVANS, 2016, p. 313)

Evans conclui:

Os professores que permaneceram na profissão em breve perderam muito do entusiasmo com que tantos deles haviam saudado a chegada do Terceiro Reich. A militarização da vida educacional causou a desilusão crescente. Foi relatado em 1934 que os professores diziam: “Não passamos de um departamento do Ministério do Exército”. (EVANS, 2016, p. 314)

As medidas adotadas por parte do governo nazista na área da educação mesmo vastas não atingiram níveis que as lideranças do partido esperavam, por mais que o controle aos professores e atividades de doutrinação ocupassem grande parte das atividades escolares cotidianas. Buscando solucionar esse problema e captar por completo o jovem alemão, foi ampliado os números de crianças as fileiras da Juventude Hitleirista, essa

amplificação foi possível devido a dissolução da maioria das organizações de jovem da Alemanha. A pressão contra pais e crianças dissidentes demonstrava-se de diferentes maneiras.

Os professores foram obrigados a apresentar redações a determinados alunos com títulos como “Por que não estou na Juventude Hitlerista?”, e estudantes que não se associavam tinham que aguentar a repressão contínua dos professores na sala de aula e dos colegas no pátio; em último caso, podia lhes ser negado o certificado de conclusão de curso quando se formavam se não tivessem se tornado membro até a ocasião. (EVANS, 2016, p. 316)

As modificações das bases e conteúdo a serem apresentados em sala de aula foram modificados por completo. A ideologia nazista que penetrou em todas as áreas da nação teve um grande sucesso na educação. Métodos não científicos eram aplicados enquanto conteúdos tradicionais baseados nas ciências e métodos comuns à maioria das nações não autoritárias foram abandonados quase que em sua totalidade.

Os temas acadêmicos deveriam ser ensinados apenas por meio de um “resumo material”, e deveriam encaixar-se nos interesses de da raça: o ensino de história, por exemplo, deveria cortar os detalhes inúteis e se concentrar no encorajamento do patriotismo. A educação física e a formação do caráter culminariam no serviço militar, o último estágio da educação. O propósito esmagador da escola seria “gravar o senso e o sentimento raciais no instinto e no intelecto, no coração e na mente dos jovens a ela confiados”. (EVANS, 2016, p. 317).

Ao nível superior as determinações e objetivos do Ministério da Educação do Reich foram imprecisos e até de certa maneira negligenciado pelo ministro Bernhard Rust. O intelecto era desprezado em detrimento da força, esta que era vista como o método mais eficaz para a solução de problemas tanto no campo pessoa como no aspecto da Nação. Ficava evidenciado que para o regime nazista a educação se apresentava em último plano. Segundo Evans (2016), líderes camisas-pardas chegaram a expor aos membros estudantes que seu primeiro dever era com as tropas de assalto; os estudos acadêmicos eram uma ocupação a ser realizada como lazer, sendo realizada após o cumprimento das suas obrigações com a Alemanha.

O baixo investimento na educação fez com que a profissão de professor fosse desvalorizada, acarretando em uma menor procura dos jovens nesse ofício, no entanto, a desvalorização e desprezo à educação ocorreu de maneira mais ampla e deliberada, muitos

dos que buscavam uma carreira notavam que receberiam mais oportunidades seguindo carreira militar que em profissões não consideradas importantes para o Reich.

Sob o Terceiro Reich, porém, o número de estudantes nas universidades despencou, de um pico de quase 104 mil em 1931 para pouco menos de 41 mil em 1939. Nas universidades técnicas, os números passaram por uma queda semelhante, ainda que um pouco menos abrupta, de mais de 22 mil para pouco mais de 12 mil oito anos depois. Dentro dessa queda geral, alguns cursos saíram-se pior que outros. (EVANS, 2016, p. 343)

A queda foi mais abrupta em números absolutos para as jovens que tinham como objetivo estudar em uma universidade. A distinção de gênero, característico do conservadorismo da primeira metade do séc. XX. Uma série de normativas foram criadas conforme relata Evans (2016), utilizando-se da Lei contra a Superlotação de Escolas Alemãs de Ensino Superior determinou que 10% das vagas deveria ser ocupado por mulheres.

A ciência doméstica foi uma área desenvolvida para os jovens na Alemanha, tendo como objetivo instruir as mulheres para serem ótimas mães e esposas, sabendo de suas obrigações e dotadas de toda a ideologia nazista para serem capazes de transmitir o espírito do nacional-socialismo para as futuras gerações.

A diminuição de alunos nas universidades foi um ato deliberado, áreas que não tivesse utilidade para o governo não receberia atenção. É importante destacar que mesmo com uma melhora econômica na década de 30 o desemprego apresentava-se como um grande problema. Não era interessante para a propaganda do partido existirem pessoas formadas na universidade que não encontrasse uma vaga de emprego, sendo melhor que os jovens buscassem uma ocupação em áreas de maior interesse do Reich, no período em que a mão de obra seria melhor aproveitada em obras de preparação para a guerra que se aproximava.

De maneira geral, a influência nazista nas universidades aconteceu de maneira menor e menos efetiva. A resistência de alunos que diferente das crianças já tinham as suas convicções políticas definidas, e de antigos professores que detinham um grande prestígio acadêmico, foram agentes importantes para que a universidade não fosse plenamente subjugada à ideologia de Hitler. Richard Evans (2016) destaca um ponto fundamental para a falta de sucesso na penetração ideológica dos nazistas no ensino superior:

“No geral, entretanto, a ideologia nazista em si era pobre demais, tosca demais, incoerente demais e no fim irracional demais para ter qualquer impacto real sobre o ensino e a

pesquisa no nível sofisticado em que estes eram tratados na educação superior.” (EVANS, 2016, p. 353).

No entanto o desmantelamento educacional não aconteceu de maneira completa. O Nacional-Socialismo agiu de maneira pragmática, aumentando os investimentos nas áreas em que seria útil em futuro próximo. A física e a medicina foram as áreas em que o governo destinou mais verbas para a pesquisa, o alto nível de investimento munida a qualidade dos pesquisadores alemães mostrou sua grande eficácia durante a Segunda Guerra Mundial. Podemos citar como exemplo dessa eficácia a criação do primeiro avião a utilizar motor à jato, tecnologia criada para a guerra que revolucionou a aviação nas décadas seguintes, também a criação dos primeiros mísseis balísticos que foi bastante importante para a criação de foguetes de levaram o homem à lua. Não por acaso, após o fim do nazismo na Alemanha ocorreu uma disputa nas grandes potências globais pelos cientistas nazistas.

Não só os governos de exceção concentram os investimentos educacionais em áreas estratégicas para as ações futuras do governo. Na guerra fria, Estados Unidos e União Soviética investiram muito para que por meio da tecnologia conseguisse superar o inimigo. Mas conforme pontua Evans (2016): Mas a escala, a intensidade e unidirecionalidade do Terceiro Reich a esse respeito superam de longe a maioria dos paralelos em outros locais. (EVANS, 2016, p. 361).

Por meio das observações pontuadas no texto pudemos notar as similaridades e as diferenças encontradas nos governos de exceção de Portugal, Itália, Espanha e Alemanha. O controle educacional nos aspectos ideológicos e suspensão das liberdades, unido os métodos de vigilância e controle aos profissionais da educação é de grande valor para a manutenção da ordem vigente e construção do cidadão para que possa servir ao Estado, desconsiderando as liberdades individuais impondo uma visão unificada de mundo. Não só esses governos estudados utilizaram esses métodos, nas décadas seguintes regimes e líderes inspiravam-se em ditadores europeus das décadas de 20, 30 e 40. No século XXI o discurso autoritário e de hostilidade a professores, instituições de ensino e a ciência cresce e assusta mesmo em países que ao menos aparentam ser democráticos, fazendo com que os membros da comunidade da educação busquem proteger as suas liberdades de pensamento.

II

BREVE HISTÓRICO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação brasileira no Séc. XX foi composta por uma série de dilemas, complexidades e problemas que se apresentaram por séculos da nossa história. Durante todo este período vários gestores, governos e ideologias buscaram por soluções pontuais, sem que ações de Estado fossem implementadas de maneira efetiva. A seguir tentaremos fazer uma explanação histórica acerca de alguns pontos importantes no âmbito da educação em períodos anteriores à chegada de Vargas ao poder.

Os métodos e objetivos educacionais em nosso país são voláteis, sendo rompida a estrutura educacional junto com mudanças consideráveis em matrizes políticas e sociais. Assim sendo, podemos observar que a educação tem o histórico de atender às demandas das lideranças políticas e econômicas, como citado por Romanelli (2014) que destaca que a história do ensino no Brasil é vinculada a uma herança cultural e política, sendo priorizados métodos conservadores.

A escola surge da necessidade de transmissão de conhecimentos e valores da sociedade para os mais novos cidadãos. Por conta desta transmissão de experiências e cultura de geração para geração as escolas apresentaram-se como instituição que preza pela manutenção de padrões conservadores, tendo como principal objetivo a conservação das principais características da sociedade brasileira.

A necessidade de manter os desníveis sociais teve desde então na educação escolar, um instrumento de reforço das desigualdades. Neste sentido, a função da escola foi a de ajudar a manter privilégio, quando se utilizou de mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de proporcionar às diversas camadas sociais sequer uma preparação eficaz para o trabalho. Ao mesmo tempo que ela deu à camada dominante a oportunidade de se ilustrar, ela se manteve insuficiente e precária em todos os seus níveis, atingindo apenas uma minoria que nela procurava uma forma de conquistar ou manter *status*. (ROMANELLI, 2014, p. 24).

É importante observar a ligação da educação com fatores econômicos. Em países em que ocorreu o primeiro processo de industrialização é possível notar que o desenvolvimento econômico é diretamente proporcional ao desenvolvimento da educação. No Brasil Colônia a economia era majoritariamente agrícola, voltado para o mercado

externo sem grande participação do mercado interno na economia, sendo assim, a educação não era vista como prioridade, tendo em vista o processo arcaico de produção de mão de obra escrava e a manutenção da indústria de maneira rudimentar.

Segundo Romanelli (2014), a valorização e a demanda por educação estão vinculadas a uma herança cultural e a caminhos econômicos. Assim, é possível reparar que a educação no Brasil recebe modificações conforme é iniciado e encerrado um ciclo econômico e político, como ocorreu nas mudanças de Colônia para Império e deste para o período republicano.

2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA

Não é surpresa que no período colonial a educação não tinha grandes finalidades na visão da metrópole. Neste contexto, a educação apresenta-se como agente transmissor dos valores e da cultura de Portugal, sendo recebida apenas por uma minoria aristocrática que buscava uma distinção por meio da instrução fornecida por jesuítas. Os objetivos destes era a criação do homem conforme o modelo proposto pelas lideranças políticas e religiosas, tendo em vista os padrões da igreja como referência e sem grandes pretensões com o ensino. Sobre o importante papel dos jesuítas na Colônia, Romanelli (2014, p. 34) discorre:

O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro (do ponto de vista nacional como quer Fernando de Azevedo), não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época.

Tais métodos educacionais vingaram até em períodos posteriores à expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, com seus métodos e objetivos sendo passados para o mestre-escola que lecionavam às aulas régias.

“Formado nos seminários dirigidos por jesuítas, eles foram os naturais continuadores de sua ação pedagógica. Compuseram também o maior contingente de professores recrutados para as chamadas aulas régias introduzidas com a reforma pombalina” (ROMANELLI, 2014, p. 37).

2.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO

A independência do Brasil em relação a Portugal trouxe grandes transformações em muitas áreas da sociedade brasileira. Na área da educação ocorreu uma maior busca por instrução, o que antes era privilégio de uma elite muito diminutiva, veio-se então para grupos que detinham um certo grau de privilégio social, porém que buscavam à educação na tentativa de encontrar uma equiparação às antigas aristocracias, a educação passou a ser um agente de ascensão social para alguns grupos. Além de aquisição de *status*, a classe burguesa buscava ocupar os cargos burocráticos criados em decorrência do novo regime, é válido destacar que as elites aristocráticas tinham como tradição viver do ócio, dando assim espaço para a ocupação de cargos por mercado emergente.

O poder público imperial não buscou uma ampliação do acesso à educação, importante destacar que após a independência, o Brasil continuou a ser uma país agrário e sendo dirigido por muitos nomes do período colonial. A modernização da economia que ocorria na Europa não chegou no Brasil, aqui a escravidão foi mantida e os gestores não consideravam uma ampliação do campo educacional como prioridade da Nação. Coube ao poder central prover o ensino superior, nível onde era acessível quase que em sua exclusividade para as elites, enquanto as províncias limitaram-se a “regulamentar e promover a educação primária”, como destaca Romanelli (2014).

2.3 A EDUCAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA

A descentralização educacional era característica do Império, prosseguindo mesmo após a chegada da República no Brasil. O federalismo e regionalismo acabaram por acentuar as desigualdades sociais, nos Estados mais ricos a educação era ofertada de maneira mais eficaz que nos Estados mais pobres, a falta de ação central e de maneira coordenada fez com que os problemas educacionais fossem conservados. Romanelli (2014, p. 42) discorre acerca das obrigações dos Estados e União.

A prática, porém, acabou gerando o seguinte sistema: à União cabia controlar a instrução superior em toda a nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal, e aos Estados cabia criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, que, na época, compreendia principalmente escola normais (de nível médio) para moças e escolas técnicas para rapazes.

No início do Século XX a República já estava solidificada, assim algumas mudanças em áreas estratégicas passaram a ser incrementadas. No âmbito da educação foram realizadas uma série de reformas que tentava suprir a necessidade de modernização, porém para os problemas educacionais no Brasil não bastariam reformas e sim uma revolução estrutural.

O federalismo e a falta de medidas unificadas para solucionar os problemas educacionais eram questões que causavam contradições durante séculos da nossa história. No entanto, as mudanças sociais e econômicas pressionavam por transformações, uma burguesia em ascensão questionava a ordem vigente e pedia por mudanças, não cabia mais que no período republicano a educação ainda mantinha várias características da era colonial, a escola deveria suprir as novas demandas econômicas.

A contar do momento, porém, em que um desses fatores começa a fazer exigências diferente à escola, o complexo entra em crise. A intensificação do processo de urbanização, que tem na deterioração das formas de produção no campo e na industrialização crescente suas principais, passou a criar, desde a Primeira República, os germes do desequilíbrio. (ROMANELLI, 2004, p. 47).

III

A EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS

O Século XX foi marcada por grandes mudanças globais no âmbito social, político e econômico. O desenvolvimento da tecnologia, a Grande Guerra e a “Crise de 29” podem ser citados como acontecimentos que modificaram as estruturas de governo em vários países do mundo.

Este contexto turbulento causou mudanças para o Brasil, a Grande Guerra fez com que o Brasil tivesse dificuldades na compra de produtos industrializados que em sua maioria vinham de países europeus industrializados que estavam concentrados no esforço de guerra. A crise de 1929 mostrou o quanto a nossa economia estava frágil estando dependente apenas da exportação de produtos agrícolas, tendo como o seu principal exemplar o café, este produto sofreu diminuição na exportação acarretando em uma grave crise de ordem econômica no Brasil.

A crise de 29, aliado aos problemas gerados em consequência da Grande Guerra fizeram surgir uma série de governos autoritários que prometiam soluções para todos os problemas sociais que dificultavam a vida da população. Questionando a ordem vigente, onde aqueles governos chegavam muitas transformações em áreas vitais das Nações foram feitas. No Brasil tivemos algo semelhante, o que se convencionou a ser chamada de “Revolução de 30” foi para Romanelli (2014, p. 49): “[...] um reajustamento constante dos setores novos da sociedade com o setor tradicional, do ponto de vista interno, e, destes dois, com o setor internacional, do ponto de vista externo”.

Neste contexto e após um complexo processo, Vargas ascendeu ao poder fazendo um governo de várias facetas e que durou 15 anos. Vargas prometia conciliar o antigo com o novo em várias áreas, buscando uma modernização que o Brasil necessitava para alcançar o desenvolvimento em um novo mundo. Um dos setores que mais recebeu atenção da administração varguista foi a educação, trataremos algumas das suas características em seguida.

A educação ao longo da história do Brasil era privilégio de uma minoria. A maior parte da população não considerava a educação como um agente de transformação, não existia a necessidade de instruir as massas para ocupar postos de trabalho, pois o país era agrícola com técnicas antigas de produção. O início da industrialização e aquecimento do

mercado interno fez com que existisse uma necessidade por qualificar o cidadão para ocupar empregos no setor secundário e terciário, fato que será detalhado mais adiante.

Analisar a Era Vargas é bastante complexo. Os 15 anos do regime Vargas pode ser definido como um período onde existiu muitas variáveis e agitações em decorrência de adequações do papel de uma antiga elite e a ascensão de novos grupos que contavam com um breve, porém considerável enriquecimento. Neste momento a educação passa a receber uma maior atenção, as elites políticas viam à educação como um agente de difusão e controle ideológico da juventude, além de uma preparação dos jovens para a ocupação de postos de trabalho conforme as necessidades dos grupos pertencentes a uma elite econômica. Portanto:

A educação era apontada como um dos pontos chave do novo governo, cujo principal objetivo consistia em formar um novo homem para atuar em uma nova proposta de sociedade. É sob esta perspectiva que o Governo Getulista a via como aspecto importante para o desenvolvimento do país. A preocupação voltava-se para o desenvolvimento do sentimento patriótico de uma forma ordenada e constante, vinculando estes valores às propostas reformistas no campo da educação (QUADROS, 2013, p. 56).

Como consequência desta nova finalidade e importância, foi criado no ano de 1931 o Ministério de Educação e Saúde Pública sendo chefiado nesse primeiro momento pelo Ministro Francisco Campos. Ao novo Ministério caberia fazer as reformas na legislação para modernizar a educação, além de criar um plano nacional para a educação, indo contrário ao método federativo que delegava grande autonomia aos Estados. A cultura educacional foi um impeditivo para as mudanças necessárias. Conforme salienta Romanelli (2014): “Os choques entre a tradição e as novas exigências educacionais eram inevitáveis”. Choque entre o antigo e o novo existia nos mais diversos setores sociais onde conservadores e modernizadores disputavam por maior influência junto ao governo.

3.1 EDUCAÇÃO E ECONOMIA NA ERA VARGAS

A nova burguesia nacional buscava uma ampliação de sua importância para a economia que dava os primeiros sinais de uma modernização. No entanto o atraso educacional era um complicador para qualificar o trabalhador, partindo desta necessidade iniciou-se uma cobrança para uma ampliação do acesso à escola. Acerca desse problema Romanelli (2014, p. 25) destaca: “O sistema arcaico de ensino, seletivo e aristocrático, torna-se então um obstáculo ao sistema econômico. Esta passa, pois, a pressionar o sistema

educacional no sentido de renovar-se”. Pela nossa observação acerca do histórico de nossa sociedade e da colocação de Otaíza Romanelli é possível notar que a educação foi ampliada apenas quando foi necessário para suprir as necessidades da economia, sem que fosse percebido pela população e governantes a importância da instrução para o engrandecimento do cidadão comum. “O direito à educação decorre, pois, de dimensões estruturais coexistentes na própria consistência do ser humano quanto de um contexto histórico específico”. (CURY, 2005, p. 21).

A educação passou a ser visto como um importante agente para o desenvolvimento nacional, no entanto os problemas de organização, métodos educacionais e estruturas deficientes eram grandes empecilhos para que a educação fornecesse uma educação de qualidade. É válido destacar que o desenvolvimento econômico não ocorreu de maneira uniforme em todo o território nacional, portanto a necessidade econômica e a demanda por educação ocorreram primeiro no Sudeste, o que acabou ampliando a desigualdade regional no Brasil.

[...] Os Estados que comandavam a política e a economia da nação e eram em consequência, sede do poder econômico, estavam em condições privilegiadas para equipar, com os melhores recursos, o aparelho educacional, enquanto os Estados mais pobres, sem a possibilidade de qualquer ingerência nos destinos do país e, mais ainda, sem condições de colocar o pé de igualdade suas reivindicações junto ao poder público, ficaram à mercê de sua própria sorte (ROMANELLI, 2014, p.44).

O processo de urbanização que o país passava facilitou que a educação chegasse a atender uma maior porcentagem da população. No entanto, a maior parte da população que migrava era de pessoas com baixos recursos financeiros, a desigualdade tão característica da nossa sociedade também se manifestava na educação, onde as classes mais altas eram educadas para ocupar cargos de liderança nos melhores empregos, enquanto a camada social mais desfavorecida economicamente era treinada em cursos técnicos para ocupar funções menos complexas. Portanto, devido a estas ações a mobilidade social tornava-se mais difícil, sendo a capacidade de ler e escrever um diferencial que se destacava da maioria da sociedade que em sua maioria não recebeu alfabetização.

Romanelli (2014) considera que existe uma relação direta entre crescimento demográfico, urbanização e a taxa de alfabetizados e escolarização. Esse aspecto pode ser explicado pois a concentração facilita a criação e acesso às escolas, enquanto na zona rural a baixa demanda e as grandes distâncias são impeditivos para uma parcela considerável da população.

Tendo ciência das colocações anteriores podemos considerar que o sistema educacional brasileiro passou por modificações e uma tentativa de expansão para acompanhar uma demanda econômica. No entanto não existiu uma ruptura completa sendo mantidos muitos pensamentos e métodos educacionais que já não supria às necessidades de um mundo novo. Aliado a isto a falta de estrutura e a desigualdade social e regional fez com que uma parcela significativa não fosse atingida, seria necessário reformas mais profundas para que assim a educação acompanhasse o crescimento do país.

3.2 REFORMAS NO SISTEMA EDUCACIONAL DO BRASIL NA ERA VARGAS

Vargas chega ao poder com um discurso de modernizar as estruturas nas mais diversas áreas do país. O Brasil mantinha uma ordem social, política e econômica desde a chegada da República, aqui vigorava o federalismo onde as elites locais detinham grande influência em todos os setores sem que existisse uma coordenação para as melhorias que necessitava o país. Getúlio Vargas em seu governo de viés autoritário pregava à centralização dos poderes e interferência direta nas áreas estratégicas inclusive na educação que agora deveria ser o canal de difusão de ideologia e fornecimento de mão de obra.

Para que fosse dado início as reformas no campo da educação, o Ministério da Educação e Saúde Pública teria que iniciar buscando solucionar um dos maiores problemas, a falta de uma organização e unificação educacional no Brasil, a falta de uma coordenação nacional delegava uma grande autonomia aos Estados fazendo que a educação fosse descoordenada. Sobre os conflitos e falta de organização entre Governo Federal e Estados Romanelli (2014, p. 43) afirma:

Como um não interferia na jurisdição do outro, as ações eram completamente independentes e, o que era natural, díspares, em muitos casos. Isso acabou gerando uma desorganização completa na construção do sistema educacional, ou melhor, dos sistemas educacionais brasileiros.

Ao longo de todo o início do Séc. XX foram propostas uma série de reformas de diferentes vertentes e em diferentes governos, podemos citar como exemplo as Reformas Benjamin Constant, Carlos Maximiliano e Rocha Vaz. Porém, nenhuma delas conseguiu atingir os seus objetivos, não conseguindo ter uma abrangência nacional.

É válido observar que o projeto e cobranças para a modernização do sistema educacional brasileiro é anterior à chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o surgimento do Movimento Renovador foram criadas associações que tinham como objetivo unificar as ações em prol da educação, dentre elas a Associação Brasileira de Educação.

O manifesto tinha intenção de realizar mudanças das características que figuravam desde o Brasil Colônia, buscavam uma laicidade dos conteúdos a serem aplicados e também uma universalização do ensino. Em um país de viés conservador era natural que o manifesto e a Associação Brasileira de Educação recebessem críticas e oposição de setores conservadores, como coloca Andreotti (2006, p. 106) destacando a oposição entre renovadores e conservadores.

Os católicos defendiam o ensino da doutrina religiosa na escola, a separação entre os sexos nos espaços escolares, o ensino particular e a responsabilidade da família quanto à educação. Os renovadores defendiam a laicidade do ensino, a gratuidade, a responsabilidade pública pela educação e a não separação entre os sexos.

Além da oposição de grupos contrários às reformas, o movimento renovador não conseguia ser um movimento de caráter nacional, sendo o regionalismo ainda uma característica educacional brasileira. Romanelli (2014) discorre acerca dessa dificuldade, reportando e enumerando o poder público local, economia e cultura como agentes limitadores das ações renovadoras.

Assim como no campo econômico, onde Getúlio Vargas fez concessões tanto para as antigas oligarquias quanto para a nova burguesia, o líder da nação na Constituição de 1934 tentou agradar tanto aos renovadores quanto aos conservadores. Neste momento notamos um grande avanço, ao Estado caberia prover instrução pública e todo cidadão teria direito à educação aspecto que era muito solicitado pelo movimento, além de agradar aos católicos ao considerar o ensino religioso como optativo.

3.2.1 REFORMAS FRANCISCO CAMPOS

Romanelli (2014) considera que o sistema educacional brasileiro é dividido em três fases, por conta do nosso recorte de pesquisa destacaremos nesse momento apenas a primeira. Durante a primeira fase destaca-se as ações em decorrência das Reformas Francisco Campos, reforma que faz referência ao nome no ministro da educação. Nela,

foram criadas normativas que visaram realizar uma estruturação do sistema educacional, balizando tanto o ensino superior quanto o ensino secundário e além do fomento ao ensino comercial. Das medidas tomadas destaca-se os seguintes decretos:

1. Decreto 19.850 – de 11 de abril de 1931: Cria o Conselho Nacional de Educação.
2. Decreto 19.851 – de 11 de abril de 1931:
Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.
3. Decreto 19.852 – de 11 de abril de 1931:
Dispõe sobre a organização do Universidade do Rio de Janeiro.
4. Decreto 19.890 – de 18 de abril de 1931:
Dispõe sobre a organização do ensino secundário.
5. Decreto 20.158 – de 30 de junho de 1931:
Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.
6. Decreto 21.241 – de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

Fonte: ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*, p. 132.

As reformas realizadas em um primeiro momento foram um marco histórico, atingiu uma parcela maior da população além de centralizar as ações educativas no Ministério da Educação e Saúde Pública. No entanto não foram suficientes para em um curto espaço de tempo transformar a educação brasileira, a seletividade de acesso à instrução pública continuava. “O currículo enciclopédico, aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado, quanto ao número de provas e exames, fez que a seletividade fosse a tônica de todo o sistema” (ROMANELLI, 2014, p. 138).

Sobre a quantidade de exames a mesma autora conclui:

A nota final seria a média das notas mensais de arguição, das provas parciais e do exame final de cada disciplina. Isso tudo equivalia a aproximadamente, para o ano todo, 80 arguições ou provas mensais, 40 provas parciais e 10 provas finais, num total de 130 provas e exames, o que, durante o período letivo, equivaleria a, pelo menos, 1 prova a cada 2 dias de aula. Vê-se, portanto, que não se tratava de um sistema de ensino, mas de um sistema de provas e exames. E é evidente que o aluno que conseguisse varar ileso o sistema, ao longo dos seus 5 ou 7 anos de duração, era realmente privilegiado (ROMANELLI, 2014, p. 139).

Mesmo com todos os dilemas enumerados anteriormente a avaliação acerca das Reformas Francisco Campos pode ser considerada como positiva pois norteava os currículos e normas da nova educação. No entanto, não pôs fim às desigualdades tão característica do Brasil, existia uma dualidade e dúvida sobre o que seria mais eficaz uma educação humanística visando o desenvolvimento do cidadão e o ensino profissionalizante objetivando à formação e qualificação da mão de obra. Helena M. B. Bonemy discorre sobre as soluções encontrada pelo governo varguista para o dilema do ensino secundário.

O Estado Novo resolveria o problema com uma solução engenhosa. Ao lado da reforma do ensino secundário, onde acabou prevalecendo a matriz clássica humanística, montou-se todo um sistema de ensino profissional, de ensino industrial que deu origem ao que conhecemos hoje como “Sistema S”, ou seja, os Senai, Senac, Sesi etc. Coroando todo empreendimento, o ministério reestruturaria o ensino superior, criando e dando corpo ao grande projeto universitário (BOMENY, 1999, p. 138).

Podemos notar que educar para o trabalho foi um dos objetivos do Ministério da Educação, traremos a seguir alguns pontos acerca das reformas e regulamentações para a implementação do ensino comercial no Brasil.

3.2.2 REFORMAS PARA O ENSINO COMERCIAL

O ano de 1937 pode ser considerado um ano de ruptura institucional do Governo Vargas. A partir desse momento o presidente assume o seu caráter autoritário e interventor, a centralização ocorreu nos principais setores da sociedade brasileira, Getúlio passa a intervir na educação e economia sendo ele o agente que iria planejar as medidas para o desenvolvimento econômico.

Na busca pelo progresso, Getúlio Vargas propôs como objetivo o desenvolvimento da indústria. No entanto o atraso educacional era um empecilho, para formar a mão de obra necessária foi criada a Lei Orgânica de Ensino, que balizava o ensino nacional.

De toda as criações, as Leis Orgânicas foram o maior feito do período do Estado Novo e cobria todo o ensino do país, como Ensino Industrial, Secundário, Comercial, Primário, Normal e Agrícola. Também foi deste período a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (REIS e PADILHA, ANO, p. 4).

Para suprir a necessidade de uma formação rápida para suprir a demanda da indústria foi criado o Decreto-Lei 4.048 no ano de 1942 que foi o responsável pelo surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Romanelli (2014) afirma que a Lei Orgânica do Ensino Industrial deveria preparar os aprendizes jovens para a indústria. Nota-se então que os objetivos futuros tanto para a educação quanto para a indústria estavam vinculados, destacando que o ensino comercial era utilizado quase que em sua maioria por jovens das classes sociais de menor renda.

Como demonstração do fomento à industrialização do fomento à indústria por parte do governo Romanelli (2014, p. 171) destaca que:

Completando a regulamentação da matéria, o governo baixou ainda dois outros decretos-lei. O primeiro, de n 4.481, de 16 de julho de 1942, dispôs sobre a obrigação de os estabelecimentos industriais empregarem aprendizes e menores num total de 8% correspondente ao número de operários neles existentes e matriculá-los nas escolas mantidas pelo Senai. Neste caso, a Lei ainda existia prioridade para os filhos, inclusive os órfãos e irmãos, de seus empregados.

Portanto podemos estabelecer que as reformas no campo educacionais foram objetivas no que consistia ao norte econômico e ideológico do regime. As décadas de 30 e 40 foram marcantes na nossa história pelo fato de que uma antiga elite agrária não era mais soberana na sociedade, sendo as reformas intermediadas pelo Ministério da Educação um dos meios para a modernização da Nação e início do seu desenvolvimento mesmo que com décadas de atraso.

Mesmo com o grande atraso, deficiência de estrutura e falta de qualificação adequada existiu de fato um sucesso no ensino técnico, qualificando e ocupando um grande contingente de pessoas que tentava encontrar melhorias nas cidades. A indústria crescia ao mesmo passo da urbanização e necessidade de produtos industrializados, sobre os planos do governo para que fosse possível o desenvolvimento da indústria.

Observa-se o ensino industrial foi pensado para acompanhar a tentativa de fortalecer a economia interna do país em duas frentes. Na primeira, as iniciativas governamentais com suporte o Ministério da Educação, que visavam não somente ao desenvolvimento mecânico operário, mas sim seu lado humano, e, na segunda, os estabelecimentos industriais que almejavam suporte do Ministério do Trabalho com o objetivo de dar aos operários instruções gerais e práticas que atuarem nas indústrias que floresciam naquele momento (QUADROS, 2013, p. 68).

3.3 A IDEOLOGIA AUTORITÁRIA E A EDUCAÇÃO

O contexto mundial na década de 30 mostrava uma mudança na conjuntura política global. Governos de viés autoritários que comungavam de ideologia antiliberal, centralizadora em todas as áreas da sociedade. No Brasil, a crise econômica fez Vargas chegar ao poder com ideologia inspirada nos mesmos métodos e ideologia de países como Itália, sendo este a maior fonte de inspiração do governo varguista.

Dentre as mais diversas características dos governos autoritários do período analisado, certamente o nacionalismo foi a ideologia mais impactante sendo a referência para as ações governamentais nas mais diversas áreas. Sendo assim, por sua importância estratégica, a educação acabou por receber uma atenção maior do governo, este que tinha como objetivo o controle ideológico e a construção de um cidadão ideologicamente alinhado com Vargas.

A escola deveria transmitir o que, para o regime, seriam os valores tradicionais da Nação. Para que houvesse uma reconstrução do Brasil a educação seria o vetor para a modernidade necessária, com jovens moldados pelo nacionalismo, amor ao país e seus símbolos, além de uma aplicação obediente ao trabalho. Para que as modificações fossem realizadas um nome fundamental para a educação foi Gustavo Capanema, Ministro da Educação de 1934 a 1945. Acerca dos serviços de Capanema para a educação podemos citar que:

Capanema foi uma ponte importante entre cultura e poder no Brasil. Ao chefiar o Ministério da Educação, esteve à frente de um setor ímpar em se tratando da incorporação e/ou exclusão de ideias, na definição das mentalidades e valores, interferindo diretamente no mundo real da concepção de educação e promoção dos valores nacionais e da moral defendida pelo regime do Estado Novo (QUADROS, 2013, p. 78).

Ainda sobre Capanema conclui: “Na valorização do nacionalismo, característica marcante do Estado Novo, ecoava a busca constante de trazer a público as raízes culturais brasileiras, que se concretiza por meio de ações desenvolvidas por Capanema no âmbito do seu Ministério.” (QUADROS, 2013, p. 75).

Tal mudança de perspectiva acerca da educação só foi possível devido ao processo de nacionalização do país, tentando diminuir as ideologias regionais e concentrando apenas no projeto de Nação.

A segunda dificuldade exigiria intervenção mais enérgica: tratava-se de “homogeneizar” a população afastando assim o risco de impedimento do

grande projeto de identidade nacional. A esta última intervenção convencionou-se chamar a *questão da nacionalização do ensino*, ou, na terminologia da época, “abrasileiramento” do ensino (BOMENY, 1999, pp. 151,152).

Superado o problema do regionalismo, que era muito característico devido a política federalista, e o problema do estrangeirismo em decorrência do nosso passado colonial, estava aberto o caminho para as reformas necessárias para a implementação da ideologia de Estado. Bonemy (1999) nos informa que os núcleos estrangeiros no Brasil também demandavam atenção por parte do governo central, principalmente no Sul e Sudeste a autora cita que mesmo em períodos anteriores à Vargas existia atenção aos estrangeiros, a autora cita que essa questão já recebia destaque de Sílvio Romero em 1906 e Manoel Bomfim no final do Século XIX. O estrangeiro trazia consigo a cultura e ideologia, colocando em risco a unidade nacionalista, fato que um governo autoritário não poderia conceder.

As disputas entre as alas ideológicas da sociedade também apareciam na área o educacional podendo ver que as consequências dessas disputas influenciaram artigos da nossa constituição. A luta entre a burguesia industrial e a antiga aristocracia, núcleos católicos e grupos renovadores podem ser citadas como grupos que buscaram por proeminência nas constituições. Romanelli (2014) exemplifica os aspectos acerca da disputa remetendo à Constituição de 1934 e 1937, entre católicos e renovadores, onde na Constituição de 1934 o ensino religioso seria facultativo, na segunda de 1937 o ensino religioso passou a ser matéria de curso ordinário. Sobre esta controvérsia entre grupos observamos que:

A disputa entre católicos e escola novistas começou em 1932 quando intelectuais como Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Sampaio Dória, entre outros, lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Estes buscavam a construção de uma educação nacional, laica, pública e de caráter naturalista (REIS e PADILHA, ANO, p. 4).

A influência da ideologia militarista crescia no Brasil desde a campanha vitoriosa do exército brasileiro na Guerra do Paraguai, podemos citar como exemplo de um dos ápices dessa força o processo da chegada da República. Desde então os militares sempre tiveram papel marcante em ações políticas e sociais sendo a tomada de Vargas do poder

resultado da grande participação dos militares tanto décadas antes de 1930 quanto nas décadas posteriores.

A intervenção na economia, sociedades e na educação em especial, parecia ser um caminho natural em uma sociedade com tanto apelo à ideologia militarista. Governos autoritários tendem a ter um discurso de ordem e hierárquico, Vargas, como militar, apelava para a autoridade da instituição de Estado impondo tais métodos nas escolas, que agora unidos a métodos conteudistas, ritualístico e acrítico eram ingredientes para formar um cidadão voltado ao patriotismo, porém passivo.

Sobre a militarização do ensino em regimes autoritários no Brasil podemos concluir que:

A associação entre educação e segurança nacional tem sua origem no Brasil em momentos de política autoritária, quando a educação é enaltecida como instrumento eficaz de controle. Não seria incorreto dizer que o discurso de que a educação, bem planejada e disseminada, garante a ordem e a disciplina está na verdade invertido. Ao contrário, a necessidade imperativa da ordem e da disciplina define o que será e a que servirá a educação. Não é por outra razão, me parece, que o Exército, a quem pertence o monopólio da segurança nacional, interveio incisivamente nas questões relativas à educação sempre e quando esteve em questões a manutenção dos regimes autoritários no Brasil (BOMENY, 1999, p. 141).

Questões que repercutiam na política em todo o mundo também repercutiam internamente no Brasil, em um primeiro momento o autoritarismo mantinha-se com discursos ideológicos contra o liberalismo e seu individualismo. Após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial as atenções voltaram-se para o esforço de guerra enquanto a perseguição aumentava às populações advindas de países inimigos, a educação então tornou-se uma arma para incutir o nacionalismo em grupos considerados inimigos.

Ao Estado caberia a responsabilidade de tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a, enfim, para a convivência a ser estimulada no Estado totalitário. Não faltariam nesse plano símbolos a serem difundidos e cultuados; mitos a serem exaltados e programas a serem cumpridos (BOMENY, 1999, p. 147).

O controle e doutrina nacionalista era encontrada em todos os seguimentos educacionais, podemos notar no Decreto-Lei 6.141 em seu Art. 38 a atenção dada à

educação moral e cívica no ensino comercial, que, em teoria, seria realizado brevemente para uma qualificação de jovens para o mercado de trabalho.

O avanço educacional no Brasil da década de 30 pode ser notado, porém não atingia uma parcela grande da população. Podemos notar que ainda persistia na sociedade e governo brasileiro uma ideologia racista e segregadora que não tinha como objetivo realizar uma equiparação de condições sociais, as elites continuavam a manter os privilégios em detrimento ao resto da população que não recebia apoio estatal.

A falta de estrutura e vagas em escolas eram comuns, e a criação de vagas ocorriam para suprir as necessidades econômicas. Para que os privilégios fossem mantidos. Ações para assegurar o lugar e direito à educação foram tomadas, por mais que a constituição de 1934 assegurasse a educação pública e gratuita como direito do cidadão e dever do Estado, em seu Art. 138 podemos observar que era incumbência da União, Estados e Municípios “estimular a educação eugênica”.

A ideologia eugênica estava sendo discutida bastante na primeira metade do Século XX, encontrando respaldo em vários governos de viés autoritário que tinham como um dos objetivos a manutenção da imobilidade social. No Brasil podemos encontrar respaldo para essa teoria até mesmo na Constituição no período varguista, sendo a educação eugênica uma teoria influente para os gestores educacionais. Sendo assim é importante uma maior compreensão acerca do que seria a teoria eugênica.

A maioria dos autores que deixaram suas contribuições no *Boletim de eugenia*, incluindo Kehl e Domingues, concordava em que somente através da educação e de condições sociais favoráveis à população, não seria possível introduzir mudanças significativas na nação. A herança era mais importante. Sem uma “boa herança”, os efeitos da educação não seriam significativos [...] (ROCHA, 2014, p. 06).

As desigualdades e o racismo muito em decorrência de séculos de escravidão em nosso país ainda vigoravam, e tornava-se pauta no campo da educação também por meio da ideologia eugênica.

O ideal de educação para boa parte dos eugenistas estava associada à formação da consciência eugênica com o intuito de que os jovens não contraíssem matrimônio com raças diferentes. Tinha em vista que os casais pudessem gerar filhos eugenizados em número maior que os degenerados. Para tal fim, seria necessário que os jovens contraíssem matrimônio de forma antecipada, concorrendo para a formação de uma elite nacional. Ou seja, os jovens considerados eugenicamente sadios,

deveriam ter filhos logo no início do matrimônio, de forma que o número de filhos fosse maior do que em casais degenerados, contribuindo assim para a formação do país (ROCHA, 2014, p. 06).

Existia o objetivo de branquear o Brasil, esta teoria também afirmava que a mistura entre raças faria o brasileiro ser menos capaz tanto físico quanto intelectualmente, sendo o responsável pelo nosso atraso. A educação no Brasil deveria, segundo os métodos eugênicos, inspirar-se em modelos nazifascistas da Europa, pregando o racismo e valorizando, a educação física como modo de verificar os homens mais capazes e disciplinados para servir à pátria.

IV

O PROFESSOR NA ERA VARGAS

A carreira do professor brasileiro passou por transformações desde o início do ensino no Brasil. Para os profissionais da educação era importante que fosse desenvolvido uma boa capacidade de adaptação dos seus métodos educacionais e ideologias para que fosse atendido as necessidades da política e da economia.

Desde o princípio a não valorização da educação no Brasil atinge diretamente a carreira docente. A desvalorização nos mais diversos aspectos da carreira acabavam por inibir que a profissão fosse atrativa para uma considerável parcela da população, ao mesmo passo em que os requisitos e qualificação para se tornar um educador crescia, além disto aumentavam as cobranças já que agora existia a necessidade de qualificar mais eficientemente o alunado.

O tirocínio que lhes é exigido cada vez mais se complexifica, contemplando qualidades morais, intelectuais e fiscais: discernimento, conhecimentos profundos e atualizados, competências intelectuais, afetivas e atitudinais, responsabilidades para com seus alunos, valores pessoais e coletivos (SANTOS, 2015, p. 21).

Em um discurso em decorrência da comemoração do primeiro centenário da fundação do Colégio Pedro II em 1937, o Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema fez uma análise opinativa acerca dos antecedentes da educação brasileira no período anterior da ruptura política de 1930.

Por um longo período de nossa história, a educação foi tida e havida como uma atividade destinada à transmissão das noções e conhecimentos adquiridos por uma geração, à geração subsequente. Foi com esta finalidade que as escolas, em via de regra, se fundaram em nosso país. A eficiência de um professor se media pela quantidade de coisas que era capaz de transmitir. O aluno se considera tanto melhor quanto mais volumosa era a ciência que aprendia (FGV, 1935, p.16).

As mudanças e revoluções ocorridas no sistema educacional brasileiro com a chegada de Vargas ao poder trouxe muitas transformações para os professores. A expansão do ensino fez com que aumentasse a atenção do governo à carreira docente, o que

acarretou por um lado algumas melhorias em seu trabalho quanto um maior controle do Estado as suas ações conforme o autoritarismo crescia.

4.1 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA ERA VARGAS

As demandas econômicas fizeram com que fosse necessária uma realização de ampliação do número de escolas no Brasil. Para comportar esta necessidade era importante uma ampliação do número de educadores que teriam como objetivo formar a mão de obra tão necessária para o crescimento econômico do país. Importante observar que o avanço educacional não tinha como finalidade realizar uma modificação nas estruturas sociais do Brasil, portanto em sua formação o educador seguiria normativas de ideologia conservadora. Acerca dos interesses educacionais notamos:

Além disso, não se pode desconsiderar que os rumos diferenciados estabelecidos por cada governo para a população e, especificamente, a educação, atenderam desde sempre interesses privados, liberais e internacionais em detrimento da educação como processo de formação e emancipação humana, que tem no professor o organizador da cultura (SANTOS, 2015, p. 28)

O crescimento do número de educadores pode ser observado a seguir:

TABELA 3 – CRESCIMENTO DO PROFESSORADO

<i>Anos</i>	<i>Nº de professores</i>	<i>Nº de índices</i>
1932	76.025	100
1936	96.161	127

(RODRIGUES, 2016, p. 23)

Mesmo com a mudança acerca da concepção governamental no campo da educação, o apoio ao profissional e o auxílio estrutural não acompanhou a demanda e a educação não chegou a atingir uma maioria dos jovens em idade escolar. O professor era considerado o agente da mudança pois iria civilizar a juventude além de qualificar os grupos que apoiavam os postos de trabalho. Assim sendo, Vargas dedicaria atenção ao

campo da educação mesmo que não fosse possível atingir as mudanças que eram necessárias.

Foram necessárias a realização de mudanças, estas foram sabotadas por grupos que tinham como objetivo uma modernização da educação, podemos citar como exemplo o movimento renovador e do “Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova” que conforme Romanelli (2014) buscavam que os gestores públicos preparassem o professor e a administração, para que suprisse as unidades escolares. No entanto Romanelli (2014) chama atenção para o fato de que a educação não mudaria apenas por cota da assinatura de um decreto-lei, com o déficit docente persistindo por décadas seguintes.

O movimento para a renovação da educação ocorria desde algumas décadas anteriores à tomada de poder do Getúlio Vargas. O movimento da Escola Nova estabelecia o professor como um dos principais vetores na busca pela melhoria do sistema educacional, e reformas como a de Anísio Teixeira, que modificou a estrutura de formação docente criando o Instituto de Educação (1932) onde os professores primários realizavam cursos, no lugar da antiga Escola Normal, deu características mais renovadas às formações dos professores. Porém, a administração de Vargas é caracterizada também por uma volatilidade de propostas nas mais diversas áreas, a educação não fugiu à regra e ações tomadas no início da gestão eram completamente alterados conforme a necessidade governamental.

[...] várias estratégias foram desenvolvidas pelo poder instituído durante o período autoritário para apagar a participação dos educadores comprometidos com o "movimento da educação nova" no Instituto de Educação. Merece especial destaque o Decreto-lei n. 156/1936 que, sem dúvidas, teve como objetivo desmontar todo o projeto de formação de professores implementado no Instituto por Anísio Teixeira na reforma de 1932 (LOPES, 2009, p. 599).

Sobre a estrutura da formação de professor e a formação entre o Instituto de Educação e Escola Normal destacamos que:

Delineava-se, assim, a tendência a estruturar a formação dos professores primários em níveis secundário, com três anos de duração. A adaptação de estudos, realizada em função da Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), transformava a série única do antigo curso complementar no primeiro ano do Curso de Formação de Professores Primários, com caráter propedêutico, enquanto nos dois anos seguintes procurava-se conferir ao curso uma feição mais profissionalizante. A existência dessa dupla nomenclatura possibilita pensar que, para além da existência de concepção distintas para a formação dos profissionais, muito daquele passado recente da instituição "ficara perdido", como nos disse uma de

nossas entrevistas, ou era "silenciado para os novos alunos que chegavam" [...] (LOPES, 602, p. 602)

As Escolas Normais foram instituições tradicionais na história da educação no Brasil, fundadas em 1830 e tendo segundo Romanelli (2014) o seu maior desenvolvimento no período republicano. No entanto, o país onde o regionalismo vigorava as Escolas Normais tinham normativas distintas dificultando a padronização da formação do professor em todo o território nacional, sendo debelado as dubiedades apenas após a criação da Lei Orgânica do Ensino Normal, lei que buscava implementar e orientar a formação dos educadores.

Uma das primeiras medidas tomadas por Getúlio Vargas no início do Governo Provisório foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. A criação deste departamento governamental pode ser um indicativo de uma maior atenção à educação e também à saúde, que no período analisado consideravam haver uma ligação, quanto mais instruído o cidadão fosse, menos suscetível a doença ele seria.

Esta visão influenciou na instrução de educadores na Escola Normal. Primeiramente é válido destacar que o Ensino Normal e o Instituto de Educação atraíam muitas jovens como afirma Lopes (2009), segundo a autora o Instituto de Educação seria “uma opção de qualidade para moças de classe média que desejando continuar seus estudos, ainda dispunham de um eficiente clássico ou científico”. Possivelmente este quadro se apresenta, pois, a mulher que se tornava professora primária estaria apenas dando continuidade às suas obrigações domésticas de cuidar de crianças, apresentando o caráter maternal da profissão, assim mulheres que ocupassem tais posições no mercado de trabalho não adentravam nos espaços e profissões que quase que em sua totalidade eram dominados por homens.

É importante destacar que o Ministro Gustavo Capanema era vinculado ideologicamente à igreja católica e levou muito das suas crenças no momento de criar normativas educacionais. Em seu discurso na solenidade de celebração do centenário do Colégio Pedro II é possível ter uma amostra dos que acreditaria Capanema quando o assunto era instrução feminina:

A educação a ser dada aos dias há de, porém, diferir, na medida em que diferem os destinos, que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado, com têmpera militar, para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade, que é o preparo para a vida do lar.

A família, constituída pelo casamento indissolúvel, é a base de nossa organização social e está, por isto, colocada sob a proteção especial do Estado.

Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói.

Ao Estado, pois, compete, pela educação que lhe ministra, prepará-la convenientemente para a sua grave missão. E é assim que a educação feminina, pela importância de que se reveste, passa a exigir dos poderes públicos cuidados e medidas especiais (FGV, 1937, p. 39).

Além de cuidar da educação era a obrigação do professor compreender aspectos referente à saúde, cuidar do bem-estar e manutenção e ensinamento de saúde era atribuição do educador, referindo-se ao caráter de união entre educação e saúde criada em decorrência do mistério. Sobre este contexto estabelecemos que:

Confira-se assim às matérias indispensáveis para formar um professor primário o mesmo peso que a Higiene e Enfermagem, em que se ofereciam conhecimentos teóricos e práticos às futuras professoras para que tivessem condições de diagnosticar doenças como tuberculose, lepra, sífilis, tracoma, verminose, leishmaniose e malária, além de zelar pela higiene pessoal do aluno e prestar os primeiros socorros em caso de acidentes na escola. (LOPES, 2009, p. 611).

Em seu discurso na solenidade do centenário do Colégio Pedro II o ministro Gustavo Capanema (1937) destaca ponto que considerou relevante acerca da qualificação dos educadores. Nele, Capanema cita dois aspectos relevantes para a educação na Era Vargas, “à formação moral e técnica dos professores”. Este último demandava uma dificuldade a mais, já que não existiam muitos professores técnicos para instruírem novos educadores do ensino técnico, sendo citado como solução desse problema para o ministro a contratação de: “um apreciável número de professores estrangeiros”.

A formação profissional do professor buscava que o educador fosse o agente que teria o papel de cumprir os ideais propostos por Getúlio Vargas e dos gestores educacionais. A Era Vargas (1930-1945) foi um período de reformas e contrarreformas no campo de formação dos professores, por mais que a expansão da educação fizesse surgir uma maior demanda docente os investimentos e a não valorização objetiva não fez com que a profissão se tornasse objetivo de um grande número de jovens. As dificuldades na sua formação seria talvez um prenúncio das dificuldades que encontrariam na prática da docência.

4.2 EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO CÍVICO NA ERA VARGAS

Getúlio Vargas teve uma longa carreira militar no período anterior a sua chegada a liderança do Brasil. É certo afirmar que a sua formação militar influenciou em seu pensamento ideológico e influenciou as ações governamentais na Era Vargas. A educação era um importante meio de difusão da ideologia do governo, e, por meio dela, Vargas pretendia criar o cidadão que o líder da Nação acreditava ser o ideal, para que este objetivo fosse alcançado foi difundido métodos militares de ensino das escolas públicas do Brasil, sendo a disciplina de educação física um dos principais agentes de difusão ideológica para os jovens.

O mundo pós Crise de 1929 passava por um período de turbulência e grandes potências de característica autoritária utilizava a Educação Física como introdução da juventude ao mundo militar, o que seria importante na guerra que se aproximava. Getúlio Vargas que recebia muita influência do nazifascismo europeu implementou métodos similares no ensino da Educação Física no Brasil, sendo os professores recebendo instrução da Escola de Educação Física do Exército:

Desta forma, com a permanência dos militares na formação de professores de Educação Física, o exército se aproveita para garantir, orientar e controlar o ensino da Educação Física no Brasil, atrelada e fortalecida no ideário de "Segurança Nacional" adestrando o físico para assegurar a defesa da nação (SANTOS, LACKS e ARAÚJO, p. 06).

Os objetivos no Ensino de Educação eram claros, formar o homem militarizada que se portaria como soldado tanto no mundo civil quanto no campo de batalha se necessário fosse. A Educação Física iria apontar os cidadãos mais aptos fisicamente, estes teriam o papel de destaque e conduziria a liderança da sociedade, conforme é visto em teorias da educação eugênicas e que eram utilizadas e são vistas até mesmo na Constituição Federal de 1934. Acerca dos objetivos e pensamentos da administração Vargas no campo da Educação Física o ministro Gustavo Capanema diz:

O homem é, antes de tudo, um valor biológico, e é um truismo que a sua capacidade de ação energética e creadora está na razão direta da sua saúde e do seu bem estar físico. Ora, dentro do princípio que considera a higiene individual e coletiva como o mais importante dos capítulos da medicina moderna pelo seu poder redutor e preventivo, cabe à educação física função primaricial na defesa da saúde da raça. E o Governo Federal criou a Divisão de Educação Física, já em pleno funcionamento, cujo programa é dar impulso, dirigir, e fiscalizar a educação física em todo o

país, dentro e fora das escolas em todas as suas modalidades (FGV, 1937, p. 79).

Além do militarismo outra característica marcante do período de Vargas no poder era o conservadorismo que poderia ser observado em várias áreas da educação. A diferenciação das atividades propostos para alunas e alunos eram diferentes. Segundo Denise Aparecida Corrêa (2006), mesmo em turmas mistas os professores dividiam as turmas e propunham atividades distintas.

De acordo com Corrêa (2006) “após a obrigatoriedade do ensino da educação física no ensino secundário foi criado o “Regimento, nº 7” também conhecido como método “Método do Exército Francês”, aponta a relação entre educação e militarismo. Vale reiterar a vinculação entre educação e saúde em decorrência da criação do ministério que englobava as duas áreas distintas, o professor de educação física teria como objetivo transformar os alunos em cidadãos mais aptos fisicamente, assim sendo, não seria tão facilmente atingidas por doenças e estariam mais bem preparados para lutar pela pátria se necessário fosse e também estariam com a saúde boa para que fosse possível escrever melhor as funções no mercado de trabalho:

A educação física vinculava-se fortemente a ideia de Segurança Nacional, sentida na preocupação com a eugenia ou ao adestramento físico necessário tanto à defesa da Pátria quanto para a assegurar ao processo de industrialização recém implantado no país, mão-de-obra fisicamente capacitada (CORRÊA, 2006, p. 04).

O professor não deveria observar somente a parte física, deveria também observar a parte cívica, preparar o alunado para serem disciplinados e obedientes a hierarquias, características que ao menos em teoria deveria ser encontrado nas forças armadas.

Em sua pesquisa, Denise Corrêa (2006) analisou o depoimento de dois professores de educação física. Nesta análise é possível observar por meio dos relatos reportados pelos professores que cabia ao educador a tarefa de preparar os alunos para demonstrações que seriam realizados durante a Semana da Pátria. Certamente seriam observadas questões como organização e disciplina durante as apresentações, em moldes semelhantes à desfiles militares.

Certamente os professores de educação física atingiam os objetivos de Vargas com a utilização de alunos do ensino secundário como exemplo da ordem que Vargas gostaria de impor no Brasil. Tal ordem era reconhecida e tomada como exemplo em países

vizinhos, como é possível ser observado na carta (GV confd 1941) escrita por N.O. Silva a Wanceslao Benites que acabou sendo interceptada pela censura. Neste manuscrito é possível notar elogios de Silva à organização vista em um desfile da juventude onde passaram mais de 35.000 alunos em perfeita ordem, sendo os professores de educação física reconhecidos como responsáveis o que acarreta na recomendação que educadores do Brasil fossem ao Paraguai para realizar a instrução de educadores do nosso país vizinho.

Você me fala da greve estudantil em nosso país, notícia que enche meu coração de patriota de tristeza, porque a recebi poucos dias depois de presenciar o desfile da juventude, aqui, em que foram formados 35.000 alunos de faculdades, escolas e universidades. Devidamente uniformizados, com suas bandeiras na frente e com uma ordem e disciplina totalmente militares, sob o comando de oficiais do exército, instrutores de Educação Física. É essa disciplina e esse desejo de trabalho e progresso que inspiram esta juventude completamente longe da vil encruzilhada de nossa politequeria estéril e improdutiva, que fará do Brasil em um futuro próximo a maior e mais respeitada nação da América. - Isso é fazer uma pátria e essa deve ser a norma que deve nortear nossos jovens. Por isso, queridos BENITES, uma das obras urgentes do governo é a contratação de uma missão brasileira para a fundação em nosso país de uma Escola de Educação Física, onde os futuros instrutores de Educação Física deverão ser formados física e moralmente e posteriormente distribuídos em faculdades. e universidades de ambos os sexos. (FGV, 1941, p. 1)

Em decorrência da análise realizada, podemos estabelecer que os professores de educação física desempenharam um importante papel no campo da educação, desenvolvendo o espírito militarista e propondo uma maior disciplina na juventude. O controle na formação do educador era composto por militares, certamente sendo uma demonstração dos prestígios das forças armadas junto ao Vargas no campo da educação.

4.3 PERSEGUIÇÃO E CONTROLE À ATIVIDADE DOCENTE NA ERA VARGAS

Após a chamada “Revolução de 1930” o país passaria por grandes transformações sociais, Vargas propôs estabelecer uma nova ordem baseada no nacionalismo e na ordem. Para atingir tal objetivo a educação seria o meio ideal para doutrinar o jovem ao pensamento do Estado o professor ganharia importância sendo o representante do Vargas junto aos jovens. Devido a sua importância em um regime autoritário, a categoria docente costuma sofrer arbitrariedades se forem contrários ao regime, todos os educadores são

submetidos às normativas governamentais tendo a sua liberdade didática e metodológica suprimida.

Em seu discurso na solenidade do centenário do Colégio Pedro II o ministro Gustavo Capanema disse que:

A educação, no Brasil, tem que colocar -se agora decisivamente ao serviço da Nação.

Sabemos que o Estado tem por função fazer com que a Nação viva, progrida, aumente as suas energias e dilate os limites de seu poder e de sua glória.

É esta a decisão com que, no Brasil, o Estado agora se estrutura e mobiliza os seus instrumentos.

Ora, sendo a educação um instrumento do Estado, seu papel será ficar a serviço da Nação (FGV, 1937, p. 20).

Conclui:

Assim, quando dizemos que a educação ficará ao serviço da Nação m, queremos significar que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado (FGV, 1937, p. 20).

Podemos então observar que a educação não poderia ser neutra, portanto, o professor também não poderia ser. Teria a função de servir ao Estado tanto no âmbito pessoal, quanto no profissional. Estaria submetido a muitas exigências e a um controle rigoroso.

Acerca da tarefa do professor concluímos que:

A escola e os professores foram os atores escolhidos para preparar as novas gerações. Estes teriam como tarefa articular a identificação da população com o símbolo da nação e com os comportamentos considerados patrióticos. Tratava -se, pois, de formar indivíduos para desenvolver uma maturidade intelectual racional que os tornasse aptos a construir, na sociedade civil, o corpo político do Estado Nacional. (SCHMITZ e COSTA, ANO, p. 7).

Era obrigação do educador fornecer ensino cívico, o aluno absorveria o espírito nacional por intermédio de cânticos, hinos como o Nacional e da Bandeira além de prestar referência à Bandeira Nacional. Pereira (2004), destaca que desde a sua formação, o

professor tem contato com ritos e símbolos nacionalistas, com a aquisição de consciência patriótica o professor poderia reproduzir na prática docente.

Já foi destacado que a educação física foi modificada para atender a educação cívica, Bispo (2003) lembra que o Canto Orfeônico também era utilizado, pois oferecia disciplina absoluta, educação cívica, artística e educação moral. A respeito da importância do Canto Orfeônico, Capanema (1937) estabelece que:

A propósito da educação moral, não quero deixar de dizer uma palavra sobre um dos elementos educativos de mais alto valor, o canto orfeônico, que deverá ser organizado e praticado em tôdas as escolas do país. As massas orfeônicas que o Govêrno Federal uma ou outra vez já teve oportunidade de mostrar ao público, constituem espetáculos de grandes edificações (FGV, 1937, p. 38).

Desde o século XIX que o Brasil recebeu um grande contingente de estrangeiros em decorrência de um dubio objetivo: Primeiramente a migração ocorreu devido a necessidade de contingente para suprir de mão de obra para as culturas agrícolas principalmente na região sul e sudeste. Como segundo objetivo existia a intenção de branquear o Brasil, as teorias eugênicas consideravam que os problemas brasileiros ocorriam devido à miscigenação que já existia desde as origens do Brasil.

A maioria dos grupos europeus que aqui chegaram estabeleceram-se nas regiões Sul e Sudeste, sem que tivessem recebido atenção para a sua integração os imigrantes mantiveram comunidades isoladas onde mantiveram aspectos importantes da sua cultura, como por exemplo a sua língua. Todavia, Vargas em seu projeto nacionalista autoritário pretendeu realizar uma integração absoluta dos imigrantes à nossa cultura, sendo perseguido aquele que não falasse o português e prestasse referência aos símbolos nacionais.

Assim sendo, os professores faziam um papel importante no processo de integração a grupos de origem europeia, processo que foi intensificado após a declaração de guerra por parte do Brasil, contra os países do eixo, passando os grupos de imigrantes a serem considerados um problema para a Segurança Nacional. Neste sentido grupos de professores teriam como objetivo apresentar a nacionalidade brasileira e pôs os grupos de origem europeias aos ideais propostos por Getúlio Vargas. Sobre as orientações metodológicas educadores de grupos de origem europeia, Pereira (2004) informa que desde a sua formação o professor tem contato com ritos e símbolos nacionalistas, com a aquisição de consciência patriótica o professor poderia reproduzir na prática docente.

Portanto, podemos concluir que o papel do professor junto a estes grupos era pré-estabelecido por normativas governamentais sem que o docente tivesse muita liberdade em aplicar métodos distintos.

Como exemplo de liberdade no exercício da função de professor pode ser vista no artigo 183 da Constituição de 1937. Segundo Romanelli (2014) este artigo: “O ensino religioso poderá ser contemplado com matéria de curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias”, a liberdade no artigo 183 também pode ser notada ao pontuar que o ensino religioso “Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos”. Certamente este artigo se apresenta como um progresso educacional em um país em que ideais religiosos produzem uma educação conservadora e moldada em caráter cristão.

Em um regime autoritário a maioria dos grupos profissionais passam por adequações para que sejam categorizados como trabalhadores se submetem por completo aos desejos do líder autoritário. Sendo assim, podemos exemplificar o caráter autoritário de Vargas citando as suas ações para a submissão dos docentes ao seu governo sem que aqueles formassem algum tipo de oposição ao regime.

Na Europa nos anos 30 e 40 grupos de intelectuais foram as categorias que mais sofreram perseguição por conta da sua característica crítica e reflexiva, estão como características perigosas para os ditadores que consideram a liberdade de pensamento e individualismo como perigosas para a Segurança Nacional. Sendo no Brasil o professor e seu trabalho uma questão de Segurança Nacional caberia ao exército investigar e receber denúncias acerca de professores que se desviavam da ordem governamental que vigorava. Pereira (2004) traz exemplos de como funcionava a dinâmica de perseguição a trabalhadores da educação.

O Ministério do Exército, através da 5^o Região Militar (responsável pelo Paraná e por Santa Catarina), com sede na cidade de Curitiba, recolhia as denúncias, investigava e enquadrava os professores, mostrando que a escolarização era um problema de segurança nacional (PEREIRA, 2004, p. 184).

Não somente o Ministério do exército teria o dever em denunciar condutas divergentes partindo do professor, denúncias poderiam partir de outros professores mais fanatizados ideologicamente, inspetores escolares, políticos regionais, pais de alunos e até

mesmo docentes já doutrinados na ideologia varguista. Pereira (2004) exemplifica a dinâmica e a prática cotidiana de medo de retaliações nas instituições de ensino.

O clima estava tenso no Colégio, e o professor Manuel Coelho, ao entrar na sala da professora Juergensen, dirigiu-se à mesa da professora e passou visto nos cadernos de linguagem. Frente aos acontecimentos havidos na escola, anteriormente, a professora, no momento, considerou que o inspetor estava a espioná-la, abriu a gaveta e "jogou para cima da mesa todos os cadernos". O inspetor reagiu de imediato e disse: "Guardem-os". Quando quiser vê-los, irei eu mesmo buscá-los, porque sou inspetor e, enquanto estiver aqui, mando e a senhora me obedece (PEREIRA, 2004, p. 191).

Professores também deveriam fazer denúncias contra pessoas que não tivesse totalmente alienada aos preceitos ideológicos do regime. Para não sofrer penas o educador seria estritamente nacionalista, prestava referência aos símbolos nacionais, pregava a hierarquia e a ordem social, sendo os alunos sendo vítimas de ações rígidas por parte de professores mais fanáticos. Bispo (2003) repercute o papel do Regulamento dos Grupos Escolares no incentivo a ações disciplinares contra os alunos. Sobre o cotidiano dos alunos em Aracaju:

Estes eram fiscalizados pelo professor, até mesmo durante o recreio, não sendo permitido nenhum castigo físico ou humilhante aos alunos. Os professores ficavam posicionados durante a chegada dos alunos a porta das salas de aula, para fiscalizar os que estavam no deus interior, bem como os que ainda estavam fora (BISPO, 2003, p. 03).

Assim como em várias categorias essenciais para o pleno funcionamento do Estado Brasileiro, os educadores não poderiam propor manifestações políticas contrárias a Getúlio Vargas. Entretanto, poderiam organizar-se em diretórios que buscavam por um fortalecimento da categoria docente, claro que sob o controle de instituições do Estado. Essa organização tinha em seus quadros um grande contingente de professores, como é possível notar em um panfleto do Diretório Político dos Professores Primários que sugeriu o ingresso de mais professores na organização, no documento é reportado que "Somos quase cinco mil professores, no Distrito Federal, no trabalho de educar o povo".

Por meio do panfleto é possível notar que era a intenção de parte da categoria buscar uma proeminência devido à importância social e política que os professores conquistaram após 1930.

Alista-se, no D.P.P. E lembre-se que, além desse dever essencial, você pode fortalecer infinitamente o seu partido, trazendo para ele, pelo menos cinco sócios solidários.

Se cada uma de nós vale cinco, é fácil imaginar-se a projeção político-social que poderemos alcançar, no Distrito Federal.

Aliste-se, pois, sem hesitação.

Na retaguarda dos movimentos semelhantes só há lugar para os indecisos, os indiferentes e oportunistas.

Você não é da retaguarda. É uma consciência vibrante, entusiastas e nobre (FGV, p. 01).

Para o controle maior do ambiente escolar existia o cargo de inspetor, profissional que teria como objetivo averiguar se os propósitos educacionais estabelecidos em conformidade ideológica com os métodos varguistas estavam sendo cumpridos. Podemos estabelecer que o inspetor era o representante de Vargas nas instituições de ensino, sendo até certo ponto o orientador e inspetor dos professores. Como citado anteriormente, professores mais fiéis ao regime faziam denúncias, contra os colegas com menos entusiasmos com os rumos do Brasil. Sobre isto podemos observar que:

A Inspeção Geral do Ensino Primário em Sergipe buscou sempre estar informada sobre o funcionamento das escolas. Solicitando aos professores informações sobre as dimensões das salas, higiene e disciplina dos alunos. No entanto, para que essas práticas se efetivassem era necessário à presença dos inspetores nas escolas certificando-se que a moral, a boa ordem, a disciplina e a higiene estavam presentes nos estabelecimentos de ensino de Aracaju (BISPO, 2003, p. 04)

As denúncias entre colegas professores, poderia ocorrer em questões rotineiras podendo essas denúncias chegar até mesmo aos níveis mais altos do poder público. Como exemplo do ambiente conflituoso gerado pelo clima de desconfiança está uma carta produzida entre o ano de 1931 a 1935 partindo de uma professora tendo como destinatário Anísio Teixeira, reportando o que a educadora julgava como arbitrariedade partindo de diretores que protegem professores estagiários em detrimento as professoras adjuntas. A professora relata problemas quanto as atribuições de trabalho e a omissão dos inspetores e diretores:

Sr. Diretor, é necessário que o Sr. baixe um edital proibindo que os estagiários tenham funções que os levam a dar ordens às adjuntas como esse acontecimento numa escola do 6 distrito.

No dia dos testes uma diretora mandou que uma estagiária dirigisse o serviço de modo que as adjuntas tinham que auxiliar à estagiária, quando ela é que deveria ajudar às adjuntas.

Sr. Diretor, é necessário para bem da sua administração que este abuso não continue, pois onde não há hierarquia haverá forçosamente anarquia.

Ass: Uma professora prejudicada. (FGV, 1931, p. 2-3)

Como citado anteriormente o inspetor deveria ser um representante ideológico do regime varguista no ambiente escolar e junto aos professores. Segundo Pereira (2004), eram atribuições do inspetor além de delatar ou denunciar os professores também tinham como função “doutrinar os docentes”. Foi observado anteriormente no discurso do Ministro Gustavo Capanema que a educação não deveria ser neutra e sim servir a Nação e servir à Nação seria servir o ideal de Vargas, sem que métodos científicos fossem considerados. Acerca das atribuições dos inspetores concluímos que:

As aulas-modelo, ministradas pelos inspetores, seriam a doutrinação que os professores deveriam absorver e repassar aos alunos. A absorção partia do singular (professor) para o geral (alunos, a sociedade). Era o projeto de nacionalização sendo colocado em prática (PEREIRA, 2004, p. 188).

É válido reforçar que os professores deveriam manter-se padronizados nos conteúdos e métodos propostos, lembrando que era objetivo do ministério e do próprio Vargas a padronização do ensino em todo território nacional. Esse plano demandava muita complexidade, pois não era possível oferecer a mesma educação para jovens de grandes centros e das zonas mais afastadas. Mesmo assim o professor não deveria ter autonomia ficando subordinado ao inspetor em que:

[...] cabia expurgar as más escolas, suspendendo seu funcionamento; ouvir, relatar, denunciar altitudes de professores, padres, jornais etc. Do resultado de seu julgamento poder-se-ia esperar atitudes repressivas ou não. O poder era exercido, impondo -se presença, verbalizando e escrevendo deveres e obrigações, que deveriam ser respeitadas e seguidas à risca pelo professorado (PEREIRA, 2004, p. 192).

Portanto podemos concluir que o inspetor de ensino seria a personificação dos ideais e autoritarismo do regime para a educação.

4.4 O PROFESSOR RURAL NA ERA VARGAS

No ano de 1942 foi realizada na recém inaugurada cidade de Goiânia o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação com o intuito de realizar debates com o objetivo de encontrar melhorias para os problemas educacionais do Brasil. Nesta conferência foi ouvido um grande contingente de professores que tiveram como uma das pautas principais à educação rural e seus integrantes.

O plano educacional durante a Era Vargas (1930-1945) era contrário ao regionalismo – característica da República até 1930 – buscando uma padronização dos conteúdos a serem aplicados em todo o território. Todavia, a realidade rural era distinta, isto foi discutido no Congresso Brasileiro de Educação sendo possível ser visto na redação dos Anais do evento.

Nem todos os programas servem para tôdas as crianças; nem os livros; nem os métodos. Há neste caso duas posições: em primeiro lugar é necessário considerar o indivíduo; depois, o ensino não pode ficar divorciado do grupo social. É necessário - a lição é de Dewey - não separar a atividade do interesse. Cada criança vive em função de seu meio. Deve ser, por isso, preparado para viver de acôrdo com êle (ABE, 1944, p. 140).

Portanto o professor rural não deveria ter a mesma formação nem usar os mesmos métodos que os professores da zona urbana, sendo na zona rural o ensino seria voltado para a tecnicidade para que fossem aprendidas técnicas agrícolas. Segundo os Anais do Congresso (1944) deveria ser objetivo do educador demonstrar os atrativos da zona rural para que o fluxo migratório para os grandes centros tivesse uma diminuição de intensidade.

Para a manutenção eficiente da escola rural é indispensável o estabelecimento adequado capaz de formar "professores rurais", inclinados à vida rural que tinham "alma de ruralistas" e que possam, dêsse modo acentuar em nosso caipiras o gôsto pela vida agrícola, quer, por um lado, facilitando-lhes conhecimentos de noções e práticas modernas de agricultura, de higiene e de saneamento, como, de outra parte, evitando um ensino urbanizado, que faça da cidade um permanente centro de atração (ABE, 1944, p. 139).

Porém, também era importante apresentar as populações mais afastadas algo que era muito fundamental tão quanto alfabetizar o cidadão, se fazia necessário também apresentar ao jovem da zona rural noções cívicas e de amor à Pátria, para o Ministério o

professor que se propunha em ir para as zonas rurais participariam de uma missão civilizatória.

Nos Anais do Oitavo Congresso de Educação (1944), nota-se que era discutido qual era o perfil dos educadores que iriam atuar nas zonas mais longínquas. Caberia ao professor rural ter mais predicados que os colegas dos grandes centros urbanos, para tornar-se professor em condições adversas, segundo os Anais do Congresso (1944) o profissional deveria ter: “um amor, dedicação, entusiasmo, iniciativa [...]”.

O mesmo documento ainda enumera conclusões do dever e das dificuldades que o educador iria encontrar não só na escola como também em toda a comunidade em que a escola está inserida.

Ainda neste sentido foi tópico de debate no Congresso pautas como “O professor Na Liderança Da Comunidade Rural”, reafirmando que o dever do educador iria muito além da sala de aula. Acerca da influência do professor sobre a comunidade foi proposta os níveis de atuação ao educador. Mesmo o professor admitia que a sua missão iria além da escola, cumprindo obrigações assistencialistas que primeiramente deveria ser dever do Estado, em locais distantes o educador poderia ser o cidadão que teria algum nível de instrução formal.

A nossa tradição rural ainda era uma marca do Brasil. Aqui o conservadorismo pregava que os verdadeiros valores que nossa sociedade deveria seguir estavam no campo, onde seus habitantes em teoria seriam puros, humildes e fieis à religião. Assim sendo, o professor teria que apresentar às virtudes do campo em detrimento das cidades onde o egoísmo, maldade e poucos valores cristãos seriam características marcantes.

Se as atribuições dos professores rurais eram diferentes pode-se imaginar que a sua formação teria diferenças. O nacionalismo ordem e adoração aos símbolos nacionais e principalmente a imagem de Getúlio Vargas. A diferença primordial era a instrução para as técnicas de produção rural e no aprendizado em adaptar-se a exercer um papel de liderança.

No Oitavo Congresso ainda foram debatidas questões como “assistência ao profissional da educação e a sua remuneração”. No que tange à assistência o debate destacava a assistência moral que seria oferecida pelo inspetor que não era, segundo o documento, apenas para fiscalizar mais sim seria: “o inspetor amigo mestre; compete-lhe ensinar amparar, orientar e aconselhar”.

Quanto à remuneração não é segredo que a vida de um intelectual no campo oferta severos obstáculos.

No campo o ambiente social difere totalmente do urbano, é muitas vezes indiferente ou apático e, por vezes, hostil. Na atmosfera mesquinha de espíritos acanhados vive professor solitário, frequentemente mal compreendido e quase sempre mal acomodado. Isto é contraproducente e desfaz entusiasmo e boa vontade (ABE, 1944, p. 344).

Com este ambiente de dificuldade como atrair o educador para atuar no interior; segundo conclusões apresentadas no Congresso seria salutar ofertar uma maior remuneração para os educadores que se propunham a sair do conforto da cidade para cumprir a sua vocação de instruir os jovens mais desamparados pelo Estado. Nos Anais do Congresso (1944) os níveis de atuação seriam os seguintes:

1. Nível de relação comum: teria como proposta de que o educador deveria auxiliar à comunidade mesmo em dias de folga, visitando igrejas e membros da sociedade. Era recomendado que o professor não se afastasse da comunidade nem aos fins de semana para que ajudasse no que fosse necessário.
2. Nível de apoio escolar: caberia ao professor buscar apoio para à escola com membros da comunidade, inclusive recursos financeiros para a manutenção do funcionamento da escola.
3. Nível do serviço à comunidade: a escola e o professor deveriam servir à comunidade onde fosse necessário, organizando festas por exemplo, e atuar em campanhas de melhorias da localidade.
4. Nível do processo social: era considerado o mais importante onde o educador faria uma auto reflexão buscando compreender as principais demandas da localidade e então buscar por soluções.

4.5 MATERIAIS DIDÁTICOS COMO MANUAL DE TRABALHO DO PROFESSOR

No Século XXI o desenvolvimento de novas tecnologias trouxe novas matérias didáticas que acabaram por auxiliar o professor a propor atividades diversificadas. Todavia, a desigualdade também se apresenta na educação onde em muitos locais o giz e o livro didático são os únicos materiais de apoio, nos mesmos moldes das décadas de 30 e 40.

Os livros didáticos são produzidos por especialistas, utilizando de métodos para que seja possível facilitar o trabalho do professor e a compreensão do aluno. No entanto, em regimes autoritários, onde à liberdade de pensamento não é regra, os materiais didáticos tendem a ser produzidos conforme as normativas e ideologias da liderança política. No Brasil na Era Vargas (1930-1945) notamos que o aparelho estatal buscava controlar também esse aspecto da educação sendo o principal auxílio dos educadores não sendo produzido totalmente calçado em métodos científicos. Sobre material didático como uso político:

Percebe-se, portanto que os impressos escolares, sejam eles livros didáticos ou cartilhas escolares, não estão deslocados do contexto político e cultural da época em que foram produzidos e, por isso, não raro foram utilizados como legitimação de um sistema de poder. Enquanto parte de políticas oficiais do Estado, essas fontes se constituem num suporte de interlocução que veiculam valores e ideologias (COSTA, 2017, p. 385).

O que era apresentado nos livros didáticos apresenta de maneira clara os objetivos de Vargas para a educação e também os conteúdos seriam abordados pelo profissional da educação. No entanto, Schimitz e Costa (2017) pontuam que os impressos escolares não devem ser reduzidos apenas como expressão da história que mesmo sendo um material de alta complexidade ainda oferece possibilidade de análise.

O livro didático torna-se importante para a propaganda varguista pois os impressos na maioria das ações era um ótimo meio para a doutrinação ideológica em regimes de exceção, já que o público alvo é mais ingênuo fazendo assim que o jovem absorva e seja moldado quase que completo no cidadão ideal do líder.

Como exemplo de impressos propagandístico temos:

A cartilha "Getúlio Vargas: o amigo das crianças" carregar um conteúdo de teor mais propagandístico. De 1940, o material tem 32 páginas m, de formato 27x19 cm. Há 45 ilustrações ao longo da cartilha m, sendo que destas, 34 retratam a imagem de Vargas e nenhuma é acompanhada de legenda. A linguagem utilizada é de simples compreensão e a informação é tratada diretamente numa linguagem denotativa, sem rodeio, o que permite considerar que o leitor aprenda o conteúdo com facilidade (COSTA, 2017, p. 390).

Vargas utilizava como referência ditadores da Europa durante o primeiro momento em que governou o Brasil. Em regimes autoritários a verdade é relativa e se modifica

conforme a vontade do regime, a construção de heróis vinculado a imagem do ditador e dos detratores da Nação existe para favorecer a narrativa do ditador.

Essas omissões históricas e o apoio ao regime explicitados no manual didático fazem parte do projeto de construção da nação elaborado nos anos de Vargas à medida que contribuíram para consolidar na população o sentimento de que a revolução era verdadeira nacional e defendia os interesses públicos, ou seja, um movimento nacionalista e patriótico (WENDT, ANO, p. 10).

Assim ficaria nítido para o professor quais conteúdos poderia abordar e os métodos, vale lembrar que a fiscalização aos docentes apoia por intermédio do inspetor que analisaria se o educador cumpria com suas obrigações.

A propaganda era uma pauta considerada de fundamental importância para a manutenção do regime além de ter função de censurar o que não era de interesse do governo. Para cumprir essa função foi criado o D.I.P (Departamento de imprensa e propaganda) que mesmo sendo um órgão de publicidade agia diretamente no campo da educação.

A categoria do professor não caberia o direito de escolha e questionamento acerca do material didático indicado, tendo as autorizações sendo publicadas por decreto-lei conforme informa Schmitz e Costa (2017) “A cada ano, no mês de janeiro, o Ministério da Educação publicaria, no Diário Oficial, a relação de livros didáticos de uso autorizado.”

Assim o regime tinha amplo controle sobre o que era ensinado e como consequência o que era aprendido. O ensino de História do Brasil, sempre vinculando tais jeitos às ações do atual líder, conteúdos que abordasse revoltas populares não era de interesse dos órgãos reguladores.

Portanto, podemos notar que materiais didáticos eram um poderoso método de propaganda e de doutrinação. O D.I.P foi de grande importância na produção de impressos que exaltassem a imagem de Vargas. Ao professor restava pouca liberdade metodológica, sendo ele obrigado a cumprir as determinações caso contrário sofreria represálias por parte da repressão. Assim os livros foram importantes instrumentos para o primeiro contato do jovem com o modelo pelo qual deveria seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As colocações apresentadas nos permitiram observar a importância da educação para o desenvolvimento econômico do país. No século XX um grande contingente de países, utilizaram a educação como arma política e um agente estratégico para a doutrinação da juventude.

No Brasil as mudanças que aqui corriam unida à chegada de Vargas ao poder, trouxe transformações profundas em nosso sistema educacional, reformas modernizadoras foram importantes, porém também foi característico do período estudado uma diminuição das liberdades individuais. O professor é um ator fundamental para a educação e para o país, no entanto foi uma categoria profissional que sofreu controle desde a sua formação profissional.

A militarização, rigidez e autoritarismo pelo qual o professor era orientado a seguir perdurou, assim como outras características varguista, pelas décadas seguintes chegando a influência militarista e autoritária até o século XXI.

A ligação entre educação e economia recebeu destaque devido à sua importância para ditar os objetivos da educação. Porém, as nossas desigualdades e preconceitos ainda ditam os rumos dos acontecimentos no Brasil, as diferenças entre ricos e pobres entre urbano e rural, sem que a educação e os professores conseguissem realizar melhores, já que caberia também ao poder público propor mudanças estruturais profundas que modificassem as estruturas da sociedade, fato que não ocorreu na Era Vargas.

Assim, podemos concluir que a busca por uma ampliação de oferta e melhoria de qualidade, era uma luta na década de 30 e 40, quanto no século XXI, cabe ao professor compreender a sua importância social e buscar que no futuro os educadores sejam apenas reprodutores do discurso do Estado e sim um facilitador que orientará as futuras gerações para a busca de um país mais justo.

FONTES E REFERÊNCIAS

ARQUIVOS:

Arquivo Gustavo Capanema - GC g 1935.10.18/1 - CPDOC – RJ

Arquivo Getúlio Vargas - GV confid 1941.09.14 - CPDOC - RJ

Arquivo Anísio Teixeira - AT c 1931/1935.00.00/15 - CPDOC - RJ

REFERÊNCIAS:

ANDREOTTI, Azilde. **A Administração Escolar na Era Vargas e no Nacional Desenvolvimentismo (1930-1964)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 102-123, ago. 2006 – ISSN: 1676-2584.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Companhia Das Letras, São Paulo, 1989.

BARROSO, Alfredo. **Getúlio Vargas para crianças**. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Infantis, 1942.

BISPO, Alessandra. **A Política Educacional Em Aracaju Durante O Estado Novo**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – JOÃO PESSOA, 2003.

BOUMENY, H. M. B. **Três decretos e um ministério**: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFY, D. (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 136-166.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Ensino primário franquista**: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 117-143, mar. 2009.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO. *Anais de Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

CORRÊA, Denise A. **Ensinar e aprender educação física na "Era Vargas"**: lembranças de velhos professores. In: VI EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PUCPR - PRAXIS, 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2006. v. 1. (ISBN 85-7292-166-4).

CURY, Carlos Roberto. **A Educação Nas Constituições Brasileiras** In: STEPHANON. História e Memória da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

EVANS, Richard J. **Terceiro Reich no poder**. 3°. Ed. São Paulo: Planeta, 2016.

_____. **O Terceiro Reich em guerra**. 3°. Ed. São Paulo: Planeta, 2016.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o Estado Novo (1937-1945)**. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

Getúlio Vargas: o amigo das crianças. Rio de Janeiro: DIP, 1940.

HORTA, José. **A Educação na Itália Fascista (1922-1945)**. Revista Brasileira de História da Educação, nº 19, p. 47-89, jan./abr. 2009.

HORTA, José Silvério. **A Educação Na Itália Fascista: As Reformas de Gentile (1922-1923)**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEl, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 179-223, Jan/Abr 2008.

LOPES, Sônia. **Formação de Professores no Rio de Janeiro Durante o Estado Novo**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, p. 597-619, maio/ago. 2009.

PEREIRA, Mayara Gisele. **A educação no Estado Novo e no Franquismo: uma discussão inicial / Mayara Gisele Pereira**. – Rio Claro, 2017. 62 f. : il., quadros.

PEREIRA, Vera. **NACIONALIZAÇÃO - Autoritarismo e Educação Inspetores e professores nas escolas catarinenses- 1930-1940**. 2004. Dissertação (mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PRADO, Adonia Antunes. **Intelectuais E Educação No Estado Novo (1937/1945): O Debate Sobre A Formação Do Professor Primário Rural**. Revista Teias, 2000.

QUADROS, Raquel Dos Santos. **Gustavo Capanema: A Organização Do Ensino Primário Brasileiro No Período De 1934-1945**. 2013. Dissertação (mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual De Maringá, Maringá, 2013.

REIS, Ana Godinho dos; PADILHA, Caio. **Educador para o trabalho: um breve estudo sobre o ensino profissionalizante na Era Vargas (1930-1945) e no governo JK (1956-1961)**. UNICAMP.

ROCHA, Simone. **Educação eugênica na constituição brasileira de 1934**. XANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

RODRIGUES, Stanley. **Concepções Educacionais E Seus Reflexos Na Legislação Do Governo Vargas (1930-1937)**. Centro Universitário Projeção, 2016.

ROMANELLI, O. D. O. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 40ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, Ademir Valdir dos. **O currículo da escola primária no Estado Novo: o abasileiramento infantil**. 2006.

SANTOS, Blenda Joyce dos. **Formação inicial de professores em Sergipe estadonovista: margens dos governadores à Assembleia Legislativa (1930-1949)**. / Blenda Joyce dos Santos; orientação [de] Profª. Drª. Ada Augusta Celestino Bezerra - Aracaju: UNIT, 2015.

SANTOS, Elivânia; LACKS, Solange; ARAÚJO, Maria. **A Influência do Militarismo na Formação dos Professores de Educação Física na Era Vargas**. IV Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade, 2010.

SCHMITZ, Zenaide Inês; COSTA, Miguel Ângelo da Silva da. Ensino primário getulista: cartilhas escolares como instrumento de doutrinação infantil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, CULTURA, SOCIEDADE E PODER, 4, 2014, Jataí. **Anais...** [S.I.:s.n.], 2014.

_____. Educação, infância e nacionalismo: uma abordagem a partir das cartilhas escolares “Getúlio Vargas para crianças” e “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 377-404, jan./abr. 2017.

SCHWARTZMAN, S. *Tempos de Capanema*,/ Simon Schwartzman; Helena Bomeny e Vanda Costa. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SERRÃO, Vanda Maria. **O Ensino durante o Estado Novo em Portugal: O papel do professor**. Universidade de Lisboa, 2018.

WENDT, Wanessa. **O ENSINO E OS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NA ERA VARGAS: AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DE JONATHAS SERRANO E A SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO**. 2014. Dissertação (mestrado) , PUCRS, 2014.